

ÍNDICE GERAL – PROPOSTAS 01 A 81

Projeto de Lei de Iniciativa Popular: Reforma Administrativa, do Judiciário e Reparação Histórica do Erário

PROPOSTA 01 – REFORMA ADMINISTRATIVA

Tipo: PEC + PLP + PL

Consolida ministérios com funções sobrepostas, estabelece teto remuneratório, condiciona estabilidade a avaliações de desempenho e implementa gestão por resultados na administração pública. Modernizar o Estado, otimizar a gestão pública, reduzir custos e direcionar recursos para áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança), promovendo eficiência, meritocracia e transparência. **TRAZEMOS JUSTIÇA SOCIAL AO NOSSO POVO! SEM PRIVILÉGIOS!**

PROPOSTA 02 – REFORMA DO JUDICIÁRIO, COM RETROATIVIDADE PRISÃO SEGUNDA INSTÂNCIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece teto salarial de 10 salários-mínimos, unifica o regime previdenciário dos magistrados ao RGPS/INSS, extingue auxílio-moradia, férias de 60 dias e todos os penduricalhos, institui jornada de 40 horas semanais, CPI do Judiciário e transparência radical. DETERMINA RETROATIVIDADE PENAL E ADMINISTRATIVA DESDE 05/10/1988 (CF/88), INSTITUI PENAS DE RECLUSÃO DE 15 A 40 ANOS EM REGIME INICIAL FECHADO (SEM PROGRESSÃO, SEM INDULTO, SEM SAIDINHA), CONFISCO TOTAL E ALARGADO DE BENS (DO CONDENADO, CÔNJUGE, PARENTES ATÉ 3º GRAU E LARANJAS), PRISÃO PREVENTIVA OBRIGATÓRIA, EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA EM SEGUNDA INSTÂNCIA E EXTINÇÃO DO FORO PRIVILEGIADO PARA MAGISTRADOS. **FIM DA IMPUNIDADE! VAMOS PRENDER TODOS OS BANDIDOS DE TOGA E TOMAR TUDO DELES! ACABOU A FARRA COM O DINHEIRO PÚBLICO!**

PROPOSTA 03 – PARCIALIDADE DO JUIZ

Tipo: PEC + PLP + PL

Combate a parcialidade mediante lista tríplice obrigatória, avaliação de desempenho, transparência radical em decisões e responsabilização ágil por infrações.

PROPOSTA 04 – PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Permite execução provisória da pena após condenação confirmada em segundo grau, com requisitos de indícios robustos e perigo concreto à ordem pública. **FIM DA IMPUNIDADE! EM HOMENAGEM A KAKAY!**

PROPOSTA 05 – CRIME HEDIONDO: PECULATO NÃO PRESCREVE

Tipo: PEC + PLP + PL

Equipara peculato e corrupção a crimes hediondos, tornando-os imprescritíveis e estabelecendo regime inicial fechado com pena mínima de 10 anos. **VAMOS PRENDER TODOS OS BANDIDOS DESSA NAÇÃO!**

PROPOSTA 06 – CONSTELAÇÃO NO JUDICIÁRIO

Tipo: PEC + PLP + PL

Introduz constelações familiares como método complementar de resolução de conflitos, com criação de núcleos especializados e formação de magistrados. **TEMOS A OPORTUNIDADE DE QUEBRAR O CICLO FAMILIAR!**

PROPOSTA 07 – TRAIADOR DA PÁTRIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Tipifica crime de traição à pátria como hediondo e imprescritível, com pena de 30 anos para colaboração com potência estrangeira contra soberania nacional. **NÃO ACEITAREMOS TRAIDORES DA PÁTRIA EM NOSSA NAÇÃO! HOMENAGEM A LITTLE BANANINHA!**

PROPOSTA 08 – STF: MANDATO DE 12 ANOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece limite de 12 anos para exercício no STF, com aplicação retroativa que abre 5 vagas imediatamente. **FAZEMOS JUSTIÇA TIRANDO DO PODER SEMI-DEUSES!**

PROPOSTA 09 – COMBATE À CORRUPÇÃO, DELAÇÃO PREMIADA, LARANJA E JUÍZES PARCIAIS

Tipo: PEC + PLP + PL

Cria proteção para denunciante, imprescritibilidade para crimes de corrupção, responsabiliza "laranjas" e aplica mesmo rigor a juízes corruptos. **FAZEMOS JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO!**

PROPOSTA 10 – PRESÍDIOS HUMANOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Transforma presídios em Centros de Recuperação Humana com arquitetura terapêutica, trabalho remunerado e foco em reinserção social. **DAMOS DIGNIDADE AO SER HUMANO! FAZEMOS INCLUSÃO SOCIAL!**

PROPOSTA 11 – CRIMES GRAVES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FRAUDES EM LOTERIAS BETS

Tipo: PEC + PLP + PL

Torna crimes graves contra a administração pública inafiançáveis e imprescritíveis, equiparando-os a crimes contra a ordem constitucional. Revoga a Lei 14.790/2023 (bets), institui CPI obrigatória para investigar sorteios da Caixa com prêmios superiores a 50 vezes a arrecadação (1985–2026), tipifica a fraude em sistemas lotéricos e a exploração ilegal de jogos de azar como crimes hediondos com pena mínima de 10 anos em regime fechado, vedada a progressão, e cria o Fundo de Reparação (FRAB) com 100% dos confiscos para indenizar vítimas, tratar dependência no SUS e financiar campanhas educativas.

PROPOSTA 12 – FORÇAS ARMADAS

Tipo: PL

Consolida direitos e deveres dos militares em legislação única, mantendo regime jurídico próprio sem criar novos benefícios. **SEREMOS UM SÓ POVO!**

PROPOSTA 13 – LEGISLATIVO

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece jornada de 40 horas, unifica previdência ao INSS, extingue auxílio-moradia e implementa auxílio-alimentação progressivo. **SEREMOS UM SÓ POVO!**

PROPOSTA 14 – UNIFICAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COM VALORIZAÇÃO REAL

Tipo: PEC + PLP + PL

PILAR 1 – UNIFICAÇÃO (FIM DOS PRIVILÉGIOS) – Extingue todos os regimes próprios (Judiciário, Legislativo, MP, Forças Armadas etc.) para novos ingressantes. Todos vão para o INSS, com teto, idade mínima e regras do trabalhador privado. Atuais servidores: direito adquirido, mas com alíquotas extras sobre proventos acima do teto do RGPS.

PILAR 2 – VALORIZAÇÃO REAL DO POVO – Reajuste: INPC + crescimento do PIB (nunca menor que o do salário mínimo). Recomposição histórica: +5% a cada 5 anos sobre o benefício (desde 1994), parcelado. Cálculo: média de todas as contribuições (sem descarte), 70% + 1,5% por ano extra, e fim do fator previdenciário. Teto do RGPS também corrigido com ganho real.

FINANCIAMENTO (FUNDO FNJP) – 10% dos dividendos + 5% da CIDE-mineração + 20% das terras raras.

RESULTADO-CHAVE – Castas perdem privilégios (nivelamento por baixo). O povo ganha aposentadoria com ganho real (nivelamento por cima).

PROPOSTA 15 – REDUÇÃO DO NÚMERO DE PARLAMENTARES

Tipo: PEC + PLP + PL

Reduz Câmara para 260 deputados e Senado para 54 membros, com economia estimada de R\$ 3-4 bilhões/ano. **SEJAMOS JUSTOS COM NOSSO POVO!**

PARTIDO POLÍTICO SÓ EXISTE PARA ROUBAR DINHEIRO PÚBLICO! POIS O ÚNICO SENTIDO É O BEM-ESTAR DO POVO BRASILEIRO!

PROPOSTA 16 – VOTO DISTRITAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Institui sistema misto com metade das vagas por distritos uninominais e metade por listas partidárias fechadas. **UMA FORMA DEMOCRÁTICA! MAS O OBJETIVO É UM SÓ, O BEM-ESTAR DO POVO BRASILEIRO!**

PROPOSTA 17 – VÍNCULO COM O ESTADO DE 5 ANOS PARA CANDIDATURA

Tipo: PEC + PLP + PL

Exige domicílio eleitoral na circunscrição por 5 anos para candidaturas a cargos eletivos, combatendo turismo eleitoral. **ACABOU A HIPOCRISIA!**

PROPOSTA 18 – REFORMA FISCAL (JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E FIM DO RENTISMO)

Tipo: PEC + PLP + PL

Institui a CSRP com alíquotas progressivas (isento, 20%, 30%, 40%, 50%, 60%) sobre lucros, dividendos, aluguéis, aplicações financeiras, heranças e ganhos de capital; isenta IRPF do trabalho até R\$ 7 mil; e cria o Fundo Nacional de Reparação Social (FNRS) com R\$ 150 a 200 bilhões/ano para saúde, educação, moradia e emprego. **FAZEMOS JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO! FIM DO RENTISMO! O ERÁRIO COBRA SUA PARTE E O POVO TRABALHA!**

PROPOSTA 19 – COAF

Tipo: PEC + PLP + PL

Transforma COAF em Autoridade Nacional de Inteligência Financeira autônoma, com poderes ampliados e blindagem contra interferências. **FIM DA BANDIDAGEM!**

PROPOSTA 20 – PENSÃO PARA FILHAS SOLTEIRAS

Tipo: PL

Reforma regras de pensão por morte, limitando benefícios a critérios objetivos de idade e estudo, extinguindo direito vitalício para filhas solteiras. **FAZEMOS JUSTIÇA A QUEM REALMENTE PRECISA!**

PROPOSTA 21 – CONTROLE DOS JUROS, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece teto para juros de cartão de crédito, empréstimos e cheque especial; torna obrigatório o atendimento humano com pessoa física em horário comercial para negociação de dívidas; veda práticas enganosas de parcelamento que ocultem o valor total real da dívida; institui sanções duras como multa de até 20% do faturamento bruto, responsabilização objetiva por danos morais e materiais, e censura pública; obriga o Banco Central a fiscalizar bancos físicos e digitais com as mesmas regras; cria o Índice de Justiça Financeira (IJF) e ouvidoria específica com prazo de 15 dias para resposta.

PROPOSTA 22 – BANCO CENTRAL

Tipo: PEC + PLP

Reintegra BC ao Poder Executivo, adicionando objetivos de desenvolvimento e emprego além da estabilidade de preços. **COM A FUNÇÃO SOCIAL DO BC E NÃO FAVORECER O MERCADO FINANCEIRO (FARIA LIMA) E SIM O POVO BRASILEIRO!**

PROPOSTA 23 – JUSTIÇA FINANCEIRA

Tipo: PEC + PLP + PL

Cria o Tribunal Nacional de Crimes Financeiros com poder para intervir em instituições que praticarem juros abusivos. **ABRANGEMOS TODOS OS BRASILEIROS!**

PROPOSTA 24 – CONAB

Tipo: PEC + PLP

Fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento para atuar no controle de preços e formação de estoques reguladores. **ESSE É O SENTIDO DE UM PAÍS JUSTO COM SEU POVO! EM PRIMEIRO LUGAR, O BEM-ESTAR DO NOSSO POVO!**

PROPOSTA 25 – CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS

Tipo: PLP

Estabelece critérios técnicos e econômicos rigorosos para criação de novos municípios, evitando fragmentação sem viabilidade. **SEJAMOS JUSTOS!**

PROPOSTA 26 – APLICATIVO ESTATAL

Tipo: PLP + PL

Desenvolve aplicativo estatal unificado para serviços públicos, acabando com a escravidão moderna das grandes plataformas privadas. Cada cooperativa terá autonomia para definir suas regras, mas seguindo princípios de equidade e transparência. Taxa de serviço limitada a 10% (contra 25-35% das grandes plataformas). Fim da precarização: trabalhadores recebem até 85% do valor dos serviços. **O ÚNICO SENTIDO DE EXISTIR O ESTADO É CUIDAR DO SEU POVO!**

PROPOSTA 27 – ISENÇÃO FISCAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Revisa e extingue isenções fiscais para setores privilegiados, mantendo apenas benefícios com comprovado impacto social. A presente Proposta de Emenda à Constituição visa fortalecer os alicerces da nossa democracia representativa, resgatando a essência do vínculo entre o representante e a comunidade que ele almeja representar.

PROPOSTA 28 – MARCO LEGAL ANTI GOLPES E CONTROLES DIGITAIS DAS BIG TECHS

Tipo: PEC + PLP + PL

Exige que plataformas digitais e seus administradores respondam criminalmente por fraudes, violência e discurso de ódio, com algoritmos submetidos à auditoria estatal obrigatória e entrega do código-fonte ao governo. Prevê multas de até 30% do faturamento, banimento definitivo e penas de até 30 anos para criminosos digitais – com crimes de nazismo e racismo digital tipificados como inafiançáveis e imprescritíveis. Institui educação digital obrigatória. **OBJETIVO:**

**SERMOS UM PAÍS SOBERANO E LIVRE DE CRIMES DIGITAIS!
HOMENAGEM A G. MENDES!**

PROPOSTA 29 – CANDIDATURA INDEPENDENTE

Tipo: PEC + PLP + PL

Permite candidaturas sem filiação partidária, com requisitos de assinaturas e apoio comunitário. **QUE OS REVOLUCIONÁRIOS TENHAM A OPORTUNIDADE DE MUDAR ESSA NAÇÃO! PARTIDO POLÍTICO SÓ EXISTE PARA ROUBAR DINHEIRO PÚBLICO!**

PROPOSTA 30 – FORO DE PRERROGATIVAS

Tipo: PEC + PLP

Extingue foro privilegiado para todas as autoridades, sujeitando-as à Justiça comum. **TEMOS A OPORTUNIDADE DE SERMOS IGUAIS!**

PROPOSTA 31 – FUNDO ELEITORAL E PARTIDÁRIO: EXTINÇÃO, DEVOLUÇÃO DE SOBRAS AO ERÁRIO E RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa geral: Acaba com o Fundo Eleitoral e o Fundo Partidário, institui financiamento exclusivo por pessoas físicas com limites rígidos, e estabelece a obrigação de os partidos políticos devolverem ao Erário todo o saldo remanescente, após a comprovação integral da quitação de débitos trabalhistas, previdenciários e fiscais, sob pena de responsabilização criminal, inabilitação e multas severas. **PARTIDO POLÍTICO SÓ EXISTE PARA SERVIR AO POVO, NÃO PARA ROUBAR DINHEIRO PÚBLICO!**

PROPOSTA 32 – CARGOS DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO

Tipo: PEC + PLP

Estabelece critérios técnicos para nomeações, com avaliação de mérito e experiência comprovada. Serão preenchidas por concurso público! **ACABOU O CABIDE DE EMPREGO! CONCURSO PÚBLICO DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO!**

PROPOSTA 33 – IPVA SOBRE BENS DE LUXO

Tipo: PEC + PLP + PL

Implementa alíquotas progressivas de IPVA para veículos de luxo e alta cilindrada. **ACABOU A HIPOCRISIA DESSE PAÍS! NÃO SUSTENTAMOS MAIS AS OLIGARQUIAS, AS CLEPTOCRACIAS E AS CASTAS DESSE PAÍS!**

PROPOSTA 34 – ISENÇÃO FISCAL PARA IGREJAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Mantém imunidade tributária condicionada à prestação de contas e comprovação de atividades sociais. **ACABOU A LAVANDERIA DE DINHEIRO ILÍCITO!**

PROPOSTA 35 – RÁDIO E TV: FIM DO MONOPÓLIO NAS CONCESSÕES

Tipo: PEC + PLP

Desconcentrar concessões de mídia, limitando número de outorgas por mesmo grupo empresarial. **ACABAMOS COM AS OLIGARQUIAS!**

PROPOSTA 36 – INVESTIGAÇÃO DE ONGs

Tipo: PEC + PLP + PL

Fortalecimento da fiscalização sobre ONGs, com auditoria regular de recursos públicos recebidos. **VAMOS BUSCAR TODOS QUE APROPRIARAM DO DINHEIRO PÚBLICO ILEGALMENTE!**

PROPOSTA 37 – FRAUDES EM PRIVATIZAÇÕES

Tipo: PEC + PLP

Cria comissão para reavaliar processos de privatização com indícios de irregularidades. **VAMOS FAZER JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO ONDE A PRIVATIZAÇÃO NOS TIRA O DIREITO À SOBERANIA!**

PROPOSTA 38 – CPI DA DÍVIDA PÚBLICA

Tipo: PEC + PLP + PL

Instaura CPI para investigar composição e legitimidade da dívida pública brasileira. **PEGAMOS TODOS OS BANDIDOS QUE LUCRAM COM O SISTEMA!**

PROPOSTA 39 – CONSELHEIROS ESTATAIS

Tipo: PEC + PLP

Exige qualificação técnica para conselheiros de estatais com processo seletivo transparente. **O OBJETIVO É SERMOS UM PAÍS EFICIENTE! HOMENAGEM A G. MENDES!**

PROPOSTA 40 – IA NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Tipo: PEC + PLP + PL

Implementar sistemas de inteligência artificial para cruzar dados e identificar irregularidades. **PODEMOS TER UM ALIADO EM POTENCIAL PARA O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO!**

PROPOSTA 41 – DESMATAMENTO ILEGAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Criar uma força-tarefa permanente com satélites e inteligência para combate ao desmatamento. Vira crime hediondo. **VAMOS SALVAR NOSSAS FLORESTAS E VIVER EM HARMONIA COM A NATUREZA!**

PROPOSTA 42 – MINERAÇÃO

Tipo: PEC + PLP + PL

Regulamenta atividade mineral com royalties justos e compensação ambiental ampliada. **ACABAMOS COM O CAPITALISMO SELVAGEM ONDE O LUCRO ACIMA DE TUDO NÃO PREVALECERÁ!**

PROPOSTA 43 – AGROTÓXICO

Tipo: PEC + PLP + PL

Restringe uso de agrotóxicos proibidos em outros países e incentiva transição agroecológica. **TRAZEMOS SEGURANÇA ALIMENTAR ONDE O AGRO NÃO É POP!**

PROPOSTA 44 – DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Institui a Política Nacional de Aproveitamento Integral de Resíduos (PNAIR) e o Programa Nacional de Aproveitamento Alimentar e Combate ao Desperdício (PNACD). Obriga restaurantes, supermercados, padarias e buffets a doarem sobras próprias para consumo humano na hierarquia: 1º PESSOA → 2º ANIMAL → 3º ADUBO. Cria o Sistema Nacional de Pontos de Coleta Inteligentes (SNPCI) com máquinas que remuneram o cidadão por recicláveis. Meta de 100% de reciclagem em 10 anos, proibição de sacolas plásticas em 2 anos e de isopor em 5 anos. Institui a CIDE-Reciclagem e o Fundo Nacional de Aproveitamento Integral (FNAI). **FAZEMOS JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL! O PRIMEIRO DESTINO DO ALIMENTO É O PRATO DE QUEM TEM FOME!**

PROPOSTA 45 – ULTRAPROCESSADOS

Tipo: PL

Aplica tributação extra e restrição publicitária a alimentos ultraprocessados. **O DINHEIRO ACIMA DE TUDO ACABOU! A SAÚDE DE NOSSO POVO NÃO TEM PREÇO!**

PROPOSTA 46 – LIBERAÇÃO DA

CANNABIS Tipo: PEC + PLP + PL

Regulamenta cultivo e uso medicinal da cannabis, com produção pública. **É UMA QUESTÃO DE BOM SENSO! O ÁLCOOL COMPROVADAMENTE É O QUE APRESENTA MAIOR ÍNDICE DE DESTRUIÇÃO FAMILIAR!**

PROPOSTA 47 – FLÚOR: BANIMENTO

Tipo: PEC + PLP + PL

Proíbe adição compulsória de flúor na água potável, mantendo apenas aplicação tópica supervisionada. **FOMOS ENGANADOS COM UM REJEITO DA INDÚSTRIA! O LOBISMO ASSASSINO POUCO SE IMPORTA COM A VIDA HUMANA!**

PROPOSTA 48 – PEC MALAFAIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Regulamenta a relação Estado-Igrejas, mantendo imunidade tributária com contrapartidas sociais. **AOS FALSOS CRISTÃOS! O VERDADEIRO DEUS ESTÁ DENTRO DE VOCÊ! DEUS 0800!**

PROPOSTA 49 – ESCRAVIDÃO / TRABALHO ANÁLOGO

Tipo: PEC + PLP + PL

Tipifica trabalho análogo à escravidão como crime hediondo e imprescritível. **VAMOS FAZER COM QUEM SENTE COM OS OLHOS, SENTIR NA PELE!**

PROPOSTA 50 – REFORMA AGRÁRIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Acelera desapropriação de latifúndios improdutivos para assentamento familiar. **FAZEMOS JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO! DAMOS O QUE É POR DIREITO!**

PROPOSTA 51 – SALÁRIO-MÍNIMO

Tipo: PEC + PLP + PL

Vincula reajuste a índices de custo de vida e produtividade nacional. Em 5 anos, passará a ser no mínimo 10% do valor de um ministro (R\$ 4.637).

BUSCAMOS O MÍNIMO DE IGUALDADE AOS VULGOS REPRESENTANTES!

PROPOSTA 52 – IA PARA INCLUSÃO FINANCEIRA

Tipo: PEC + PLP + PL

Usa inteligência artificial para ampliar acesso a crédito a populações subatendidas. **TODOS SOMOS UM SÓ! DIREITO À INCLUSÃO!**

PROPOSTA 53 – ESCALA 5X2

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece jornada padrão de 5x2 com dois dias consecutivos de descanso. Fixa teto de 40 horas semanais (redução para 36 horas em 5 anos). Garante desconexão digital, intervalo mínimo de 11 horas, almoço de 1 hora, trabalho em dia de descanso pago em dobro com folga bonificada. **#UM SÓ POVO**

PROPOSTA 54 – BRASIL AUTOSSUFICIENTE

Tipo: PEC + PLP + PL

Fomenta a produção nacional de insumos estratégicos como medicamentos e fertilizantes. **REPRESENTA A INDEPENDÊNCIA DE NOSSO POVO! ONDE A FUNÇÃO DO ESTADO É CUIDAR DO SEU POVO!**

PROPOSTA 55 – GURGEL MOTORS E MUSEU

Tipo: PEC + PLP + PL

Resgata a marca Gurgel, lançando carros elétricos com valor POPULAR sem impostos. Cria museu da indústria automotiva nacional. **UM MARCO INOVADOR! EM RESGATE À INDÚSTRIA NACIONAL DESTRUÍDA PELO GOVERNO COLLOR!**

PROPOSTA 56 – MALHA FERROVIÁRIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Retoma expansão da malha ferroviária para transporte de carga e passageiros. **DO OIAPOQUE AO CHUÍ! UM MARCO EM NOSSA ECONOMIA TRAZENDO OTIMIZAÇÃO E PREÇOS PARA COMPETIR COM O MERCADO INTERNACIONAL!**

PROPOSTA 57 – DESPOLUIÇÃO DE RIOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Implementa programa nacional de despoluição de bacias hidrográficas. **É UMA OBRIGAÇÃO DO SER VIVER EM HARMONIA COM SEU MEIO AMBIENTE! TRAZEMOS VIDA A ALGO QUE ESTÁ MORTO!**

PROPOSTA 58 – CANAL DE COMUNICAÇÃO DA EBC

Tipo: PEC + PLP + PL

Fortalecimento da Empresa Brasil de Comunicação como mídia pública independente. **FAZEMOS JUS À TELEDRAMATURGIA NACIONAL! VALORIZANDO A ARTE NACIONAL!**

PROPOSTA 59 – FAST FOOD: IMAGENS REAIS

Tipo: PL

Obriga divulgação de imagens reais de produtos em propagandas de fast-food.
COMEMOS COM OS OLHOS! SENDO ASSIM, SOMOS ENGANADOS PELA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA!

PROPOSTA 60 – REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY

Tipo: PEC + PLP + PL

Torna obrigatório registro público de atividades de lobby e influência, com regras e punições rígidas.

PROPOSTA 61 – CONFISCO DE BENS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Tipo: PEC + PLP + PL

Amplia possibilidade de confisco sem condenação para bens de organizações criminosas. **ATACAMOS QUEM REALMENTE LUCRA COM A BANDIDAGEM! OS ENGRAVATADOS QUE DESFRUTAM DO QUE HÁ DE MELHOR NESSA VIDA!**

PROPOSTA 62 – PREJUÍZO AO ERÁRIO

Tipo: PEC + PLP + PL

Cria o Sistema Nacional de Proteção ao Erário Público para responsabilizar agentes que causem danos ao patrimônio público e recuperar ativos desviados desde a redemocratização (R\$ 1,1 trilhão).

PROPOSTA 63 – PORTE DE ARMAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Mantém restrições ao porte com foco em controle rígido e registro centralizado. Campanha Nacional pelo DESARMAMENTO. **#DesarmamentoJá**
#ControleDeArmas #PazPeloDesarmamento #SomosUmSóPovo

PROPOSTA 64 – DÍVIDA PÚBLICA: DIRETRIZES E PREMISSAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece regras transparentes para renegociação da dívida pública, com dação em pagamento com bens estratégicos. **#DívidaJusta #TransparênciaFiscal**
#SoberaniaFinanceira #SomosUmSóPovo

PROPOSTA 65 – TERRAS RARAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Cria estatal para exploração de terras raras com controle nacional estratégico, vedada a exportação in natura. **#TerrasRaras #SoberaniaNacional**
#DesenvolvimentoTecnológico #SomosUmSóPovo

PROPOSTA 66 – PLEBISCITO PARA ATIVOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS

Tipo: PEC + PLP

Exige consulta popular para privatização de serviços essenciais. **POR ISSO CRIAMOS ESSA LEI! PARA DEFENDER A SOBERANIA DO POVO BRASILEIRO!**

PROPOSTA 67 – DATA CENTER

Tipo: PEC + PLP + PL

Instala data-centers estatais para soberania digital e armazenamento de dados públicos. **A SEGURANÇA DE NOSSO POVO TEM QUE SER UMA PREOCUPAÇÃO DO ESTADO! SOBERANIA SEMPRE!**

PROPOSTA 68 – ARBORIZAÇÃO FRUTÍFERA

Tipo: PEC + PLP

Incentiva plantio de árvores frutíferas em espaço urbano para segurança alimentar.

PROPOSTA 69 – ESTATUTO DA DIGNIDADE ANIMAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Institui o Estatuto da Dignidade Animal, com normas obrigatórias para criação, transporte e abate, baseado na sentiência animal e no princípio in dubio pro animal.

PROPOSTA 70 – PROJETO EDUCACIONAL "FORMANDO DONOS DO FUTURO"

Tipo: PEC + PLP + PL

Institui programa com diretrizes, metodologias e inovações, detalhando a estrutura de cada fase educacional, sistema de apoio contínuo e mecanismos de parceria.

PROPOSTA 71 – EDUCAÇÃO: CIEPs PAULO

FREIRE Tipo: PEC + PLP + PL

Recria modelo de escolas integrais com atividades culturais e esportivas.

RESGATAMOS A ESSÊNCIA DE DARCY RIBEIRO, BRIZOLA E PAULO FREIRE, ENEIAS, ÍCONES IGNORADOS PELO SISTEMA!

PROPOSTA 72 – CRECHES VIVAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Transforma creches em espaços comunitários com participação familiar.

**DAMOS DIGNIDADE ÀS MÃES E PROTEGEMOS A PRIMEIRA INFÂNCIA!
JAMAIS SERÁ ESCRAVO DO SISTEMA!**

PROPOSTA 73 – VILAS SUSTENTÁVEIS ECOLÓGICAS URBANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

Tipo: PEC + PLP + PL

Urbaniza favelas com verticalização (até 5 andares) e infraestrutura completa (escolas, UPA 24h, UBS, comércio, lazer). Gestão por Conselho Gestor Comunitário (50% moradores eleitos). O dinheiro da comunidade fica na comunidade.

PROPOSTA 74 – SUS CONTRA FRAUDE

Tipo: PEC + PLP

Sistema de inteligência para identificar fraudes em saúde suplementar. Cria o "SUS Justo" com blockchain, IA preditiva e atendimento prioritário integral para idosos. Economia anual estimada: R\$ 50 bilhões. **#SUSJusto**
#CombateÀFraude #SaúdeParaTodos #SomosUmSóPovo

PROPOSTA 75 – PATENTES DE MEDICAMENTOS

Tipo: PL

Flexibiliza patentes de medicamentos essenciais para produção pública. **A SAÚDE DE UM POVO NÃO TEM PREÇO!**

PROPOSTA 76 – PLATAFORMA SUS DIGITAL 360

Tipo: PEC + PLP + PL

Institui a Plataforma Nacional de Saúde Integrada com o Prontuário Eletrônico Nacional (PEN), garantindo interoperabilidade, segurança e controle do cidadão sobre seus dados.

PROPOSTA 77 – SISTEMA INTEGRADO DE DIAGNÓSTICO PRECOCE

Tipo: PL

Usa IA para diagnóstico precoce de doenças em unidades básicas. **"O Brasil que aprende, ensina. O Brasil que pesquisa, transforma. O Brasil que inova, lidera."**

PROPOSTA 78 – INCLUSÃO DAS PRÁTICAS ANCESTRAIS

Tipo: PEC + PLP

Reconhece e incorpora práticas tradicionais de saúde no SUS. **UM RECONHECIMENTO AOS NOSSOS ANCESTRAIS QUE TÊM A CURA ATRAVÉS DA NATUREZA! CURAMOS A ALMA!**

PROPOSTA 79 – PET AMIGO

Tipo: PL

Hospital Público, programa de adoção animal com apoio veterinário gratuito para famílias do CadÚnico e urgências. **TERÁ SEU ATENDIMENTO GARANTIDO!**

PROPOSTA 80 – FIM DO PLANO DE SAÚDE NOS TRÊS PODERES

Tipo: PL

Unifica sistema de saúde para todos os poderes no SUS, extinguindo planos privados. **SOMOS TODOS IGUAIS PERANTE NOSSA CONSTITUIÇÃO! TODOS TERÃO A SAÚDE QUE O POVO TEM!**

PROPOSTA 81 – POLÍTICA DE DANOS NO SUS

Tipo: PEC + PLP + PL

Implementa programa baseado em evidências científicas para abordagem do uso de drogas com foco na redução de danos e cuidado integral, transformando a

questão criminal em questão de saúde pública.

PARTE I – DIAGNÓSTICO: O PREJUÍZO HISTÓRICO AO ERÁRIO (1985–2025)

1.1. Contextualização e Metodologia de Cálculo

Desde o processo de redemocratização, o Estado brasileiro foi palco de múltiplos mecanismos que resultaram na perda, desvalorização ou renúncia de ativos públicos sem a devida contrapartida social. O montante de **R\$ 1,1 trilhão** foi calculado com base em dados de órgãos oficiais, como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU) e estudos legislativos.

1.2. Principais Fatores Geradores do Passivo

Categoria de Prejuízo	Descrição	Estimativa
Privatizações Subvalorizadas	Vale do Rio Doce (vendida por R\$ 3,3 bi, valor de mercado superior a R\$ 100 bi)	R\$ 450 bi
Renúncias Fiscais sem Contrapartida	Isenções e subsídios concedidos sem avaliação de impacto social	R\$ 300 bi
Corrupção e Desvios	Operação Lava Jato e outros escândalos	R\$ 200 bi
Juros e Rolação da Dívida	Pagamento de juros sobre dívida pública com componentes ilegítimos	R\$ 150 bi
TOTAL ESTIMADO		R\$ 1,1 TRILHÃO

1.3. Impacto Social e Econômico

O montante de R\$ 1,1 trilhão equivale ao custo de construir 4,5 milhões de salas de aula, ou financiar integralmente o SUS por mais de três anos, ou ainda viabilizar um programa nacional de saneamento básico universal.

PARTE III – CLASSIFICAÇÃO COMPLETA DAS PROPOSTAS

RESUMO ESTATÍSTICO GERAL

Parte	Quantidade
I - Reforma Administrativa e do Serviço Público	8
II - Reforma do Poder Judiciário	10

III - Reforma do Poder Legislativo	5
IV - Combate à Corrupção e Crimes Graves	10
V - Reforma Tributária, Econômica e Financeira	13
VI - Direitos Sociais, Trabalho e Previdência	13
VII - Saúde Pública e Políticas de Drogas	8
VIII - Meio Ambiente, Sustentabilidade e Recursos Naturais	5
IX - Tecnologia, Comunicação e Inovação	7
X - Controle de Armas e Segurança Pública	1
XI - Defesa e Soberania Nacional	2
TOTAL	81

CLASSIFICAÇÃO POR TIPO DE PROJETO

Tipo	Quantidade
PEC	71
PLP	73
PL	65
Total de proposições	209

PARTE IV – IMPACTO FISCAL E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS (CONSOLIDADO)

4.1 Fontes de Recursos Adicionais

Fonte	Estimativa Anual (R\$ bilhões)	Destinação principal
Economia com reformas (corte de gastos)	44 a 65	Saúde, Educação, Segurança, Assistência, Controle
Arrecadação CSRP (Proposta 18)	150 a 200	FNRS (30% Saúde, 30% Educação, 20% Moradia, 20% Emprego)
CIDE-Reciclagem (Proposta 44)	3 a 5	FNAI (infraestrutura de reciclagem, cooperativas, educação ambiental)
IPVA luxo (Proposta 33)	~5	40% Saúde, 40% Educação, 20% Transporte público

Confiscos e multas (variável)	~20-40 (média)	Fundo de Reparação do Erário, SUS, Educação, indenização a vítimas
TOTAL (piso)	~202	–
TOTAL (teto)	~275	–

Os valores de confiscos são variáveis; a média estimada de R\$ 20-40 bi/ano foi incluída na distribuição abaixo.

4.2 Distribuição Consolidada Anual (piso de R\$ 202 bilhões)

Área	Recursos do FNRS	Recursos da Economia	Outras fontes (IPVA, CIDE, confiscos)	Total estimado	% aproximado
Saúde	45 (30% de 150)	9 a 13	2 (IPVA) + 25% confiscos (~5-10)	~61-70	30-35%
Educação	45 (30%)	8 a 12	2 (IPVA) + 25% confiscos (~5-10)	~60-69	30-34%
Moradia e Saneamento	30 (20%)	–	–	30	15%
Geração de Emprego/Renda	30 (20%)	–	–	30	15%
Segurança Pública	–	6 a 9	50% confiscos (~10-20)	~16-29	8-14%

Assistência Social	–	4 a 6	–	4-6	2-3%
Fortalecimento do Controle	–	2 a 3	–	2-3	1-1,5%
Infraestrutura de Reciclagem	–	–	3-5 (CIDE)	3-5	1,5-2,5%
Transporte (20% IPVA)	–	–	1	1	0,5%

Os valores de confiscos foram incluídos como média conservadora de R\$ 20 bi/ano (50% para segurança, 25% saúde, 25% educação).

4.3 Impacto Acumulado em 5 Anos (piso)

Área	Investimento 5 anos (R\$ bilhões)	Metas alcançáveis
Saúde	~305-350	500 novas UPAs, ampliação do SUS, fila zero para idosos (P. 74)
Educação	~300-345	5.000 CIEPs (P. 71), 600 creches (P. 72), alfabetização digital em massa (P. 70)
Moradia	150	Urbanização de 2.000 favelas (P. 73), 1 milhão de moradias populares
Emprego/Renda	150	2 milhões de empregos via cooperativas, microcrédito e capacitação (P. 18 e 26)

Segurança	~80-145	Modernização das forças, redução do crime organizado, fortalecimento do sistema penitenciário
Reciclagem	15-25	500 mil empregos verdes, 100% de reciclagem em 10 anos (P. 44)
Assistência Social	20-30	Fortalecimento do CadÚnico, ampliação de programas de transferência de renda
Controle	10-15	Mais transparência, combate à corrupção com IA (P. 40) e fortalecimento da CGU/TCU

4.4 Comparativo com o Passivo Histórico

- **Passivo total (1985-2025):** R\$ 1,1 trilhão.
- **Investimento adicional anual (piso):** R\$ 202 bilhões.
- **Em 5 anos (piso):** R\$ 1,01 trilhão – ou seja, **em 5 anos, o projeto gera recursos suficientes para reparar quase todo o passivo histórico**, ao mesmo tempo em que transforma a estrutura do Estado e promove justiça social.

PARTE V – MECANISMOS DE CONTROLE E RESPONSABILIZAÇÃO

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE SOBRE O PATRIMÔNIO PÚBLICO (CNVPP)

- Mapear integralmente privatizações, concessões e renúncias fiscais entre 1985 e 2025.
- Identificar agentes públicos e privados responsáveis por atos lesivos.
- Quantificar com precisão os danos ao erário em cada caso.
- Propor ações de responsabilização civil e administrativa.

AUDITORIA PERMANENTE E CONTROLE SOCIAL

- Auditoria contínua da CGU e do TCU.
- Painel de transparência ativa com dados em tempo real.
- Conselhos gestores com participação paritária da sociedade civil.

#SomosUmSóPovo

PARTE II – A SOLUÇÃO: MEDIDAS POR ÁREA (PROPOSTAS 01 A 81)

Abaixo estão todas as 81 propostas com suas ementas e principais medidas detalhadas.

PROPOSTA 01 – REFORMA ADMINISTRATIVA (detalhamento)

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Consolida ministérios com funções sobrepostas, estabelece teto remuneratório, condiciona estabilidade a avaliações de desempenho e implementa gestão por resultados na administração pública.

- Fusão de ministérios com funções sobrepostas (Economia, Gestão, Infraestrutura)
- Teto salarial de 10 salários-mínimos para o serviço público
- Estabilidade condicionada a avaliações semestrais de desempenho • Gestão por resultados com até 50% da remuneração variável vinculada a metas • Extinção do auxílio-moradia e auxílio-alimentação para servidores com renda superior a R\$ 10 mil
- Alinhamento previdenciário ao RGPS (idade mínima: 65 anos homens, 62 anos mulheres)

PROPOSTA 02 – REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO COM RETROATIVIDADE PRISÃO SEGUNDA INSTÂNCIA (detalhamento)

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece teto salarial de 10 salários-mínimos, unifica o regime previdenciário dos magistrados ao RGPS/INSS, extingue auxílio-moradia, férias de 60 dias e todos os penduricalhos, institui jornada de 40 horas semanais, CPI do Judiciário e transparência radical. DETERMINA RETROATIVIDADE PENAL E ADMINISTRATIVA DESDE 05/10/1988 (CF/88), INSTITUI PENAS DE RECLUSÃO DE 15 A 40 ANOS EM REGIME INICIAL FECHADO (SEM PROGRESSÃO, SEM INDULTO, SEM SAIDINHA), CONFISCO TOTAL E ALARGADO DE BENS (DO CONDENADO, CÔNJUGE, PARENTES ATÉ 3º GRAU E LARANJAS), PRISÃO PREVENTIVA OBRIGATÓRIA, EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA EM SEGUNDA INSTÂNCIA E EXTINÇÃO DO FORO PRIVILEGIADO PARA MAGISTRADOS.

Principais Medidas:

- **Retroatividade penal e administrativa desde 05/10/1988** – Aplica a lei mais severa a todos os atos de corrupção, peculato e lavagem de dinheiro praticados por magistrados a partir da promulgação da CF/88. Todos os processos arquivados ou já julgados poderão ser reabertos. O PASSADO NÃO SERÁ ESQUECIDO!
- **Penas rigorosas de 15 a 40 anos em regime fechado** – Corrupção, peculato, concussão, lavagem de dinheiro e organização criminosa dão cadeia de 15 a 40 anos em regime inicial fechado. Vedação absoluta de progressão, livramento condicional, indulto, graça, anistia e saída temporária (saidinha). Se o dano ao erário for superior a 10.000 salários-mínimos, a pena é cumprida integralmente em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) – isolamento celular, sem visitas íntimas.
- **Confisco total e alargado ("Toma Tudo Deles")** – Bens do condenado, cônjuge, parentes até 3º grau e laranjas são integralmente confiscados. Inversão do ônus da prova: magistrado e sua família têm 30 dias para comprovar a origem lícita de todo o patrimônio que ultrapasse a renda declarada nos últimos 20 anos. Quem não provar, perde tudo definitivamente. Bloqueio cautelar imediato já no

recebimento da denúncia.

- **Teto de 10 salários-mínimos** – Acabou o supersalário de R\$ 46 mil. Todos os membros do Judiciário, incluindo ministros, passam a ganhar no máximo 10 salários-mínimos, vedado qualquer penduricalho que ultrapasse esse limite.
- **Unificação da previdência ao RGPS/INSS e fim da aposentadoria compulsória** – Magistrados ativos e aposentados vão para o INSS com as mesmas regras do trabalhador comum: idade mínima (65/62), média de todas as contribuições e teto do RGPS. Fim da aposentadoria compulsória aos 75 anos.
- **Extinção de todos os penduricalhos e férias de 60 dias** – Acabou o auxílio moradia, auxílio-alimentação, auxílio-saúde, férias de 60 dias.
- **Jornada de 40 horas semanais com ponto biométrico** – Expediente ininterrupto de 40 horas, com ponto eletrônico biométrico obrigatório, vedado o teletrabalho integral. O não cumprimento gera desconto e sindicância.
- **Portal de transparência com dados de produtividade e gastos em tempo real** – Criação do Portal Nacional de Transparência do Judiciário com dados abertos: produtividade individual de cada magistrado, gastos de gabinete, diárias, passagens, concessões de liminares e todos os pagamentos a fornecedores. Atualização diária.
- **CPI do Judiciário com poderes de investigação criminal** – Poderá decretar quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático; convocar magistrados para depoimento sob pena de condução coercitiva; requisitar documentos independentemente de autorização judicial; e determinar afastamento cautelar de investigados.
 - **Sistema Nacional de Avaliação de Desempenho da Magistratura (SINAD-M)** – Critérios objetivos anuais: produtividade, celeridade, qualidade das decisões, satisfação dos usuários e índice de transparência. Resultados públicos com premiação para os melhores e advertência/afastamento para os piores.
- **Conselho de Cidadãos para auditoria participativa** – Sociedade civil (OAB, universidades e cidadãos sorteados) audita decisões e gastos dos tribunais, com poder de representação ao MP, ao CNJ e à CPI.
- **Declaração pública de interesses** – Magistrados e seus familiares até 3º grau devem declarar bens, rendas e vínculos publicamente a cada 6 meses. Omissão ou falsidade é improbidade administrativa com demissão e perda de aposentadoria.
- **Prisão imediata em segunda instância** – Condenado em segundo grau vai direto para a cadeia, sem esperar recursos ao STJ ou STF. EM

HOMENAGEM A KAKAY!

- **Fim do foro privilegiado para magistrados** – Todos os magistrados, incluindo ministros do STF, serão julgados pela Justiça Federal de primeiro grau, com sorteio público, eletrônico e auditável, vedada a distribuição por dependência. SEREMOS IGUAIS PERANTE A LEI!
- **Perda automática do cargo e da aposentadoria** – A condenação criminal transitada em julgado ou com execução provisória em 2ª instância importa na perda definitiva do cargo e de todos os proventos de aposentadoria.
- **Cadastro Nacional de Magistrados Condenados** – Lista pública com nome, CPF, órgão de lotação, crime, pena e bens confiscados, com proibição de ocupar qualquer cargo público por 30 anos.
- **Imprescritibilidade dos crimes** – Corrupção, peculato e lavagem de dinheiro praticados por magistrados nunca prescrevem, equiparando-se ao racismo.
- **Destinação dos recursos confiscados** – 50% para o Fundo de Reparação do Erário (indenização dos prejuízos históricos), 25% para o SUS e 25% para a Educação (FNDE). O DINHEIRO ROUBADO VOLTA PARA QUEM SEMPRE FOI ROUBADO: O POVO BRASILEIRO!

Impacto fiscal estimado: Economia anual de R\$ 15 a R\$ 20 bilhões com fim de privilégios; recuperação de ativos confiscados estimada em R\$ 200 a R\$ 400 bilhões em até 10 anos (retroativo desde 1988).

#JuizesBandidosNaCadeia #TomaTudoDeles #RetroatividadeJá

PROPOSTA 03 – PARCIALIDADE DO JUIZ (Lei TRI-JUS) – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Combate a parcialidade mediante lista tríplice obrigatória, avaliação de desempenho, transparência radical em decisões e responsabilização ágil por infrações.

- Lista tríplice obrigatória para cargos de cúpula do Judiciário
- Sistema Nacional de Avaliação de Desempenho da Magistratura (SINAD-M)
- Portal Nacional de Decisões com todas as decisões judiciais
- Declaração Pública de Interesses dos magistrados
- Conselho de Cidadãos para auditoria de decisões
- Extinção do foro privilegiado para magistrados

PROPOSTA 04 – PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Permite execução provisória da pena após condenação confirmada em segundo grau, com requisitos de indícios robustos e perigo concreto à ordem pública.

- Execução provisória da pena após confirmação em segunda instância
- Requisitos cumulativos: *fumus commissi delicti* e *periculum libertatis*
- Decisão colegiada por maioria simples
- Garantia de contraditório e ampla defesa (prazo de 5 dias)
- Tempo de prisão provisória computado para pena final

PROPOSTA 05 – CRIME HEDIONDO: PECULATO NÃO PRESCREVE – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Equipara peculato e corrupção a crimes hediondos, tornando-os imprescritíveis e estabelecendo regime inicial fechado com pena mínima de 10 anos.

- Peculato e corrupção tornam-se hediondos e imprescritíveis
- Pena mínima de 10 anos em regime inicial fechado
- Vedação de progressão de regime para crimes com dano superior a 100 salários-mínimos
- Pena de 8 a 20 anos de reclusão para peculato
- Aplicação apenas a crimes cometidos após a vigência.

PROPOSTA 06 – CONSTELAÇÃO NO JUDICIÁRIO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Introduz constelações familiares como método complementar de resolução de conflitos, com criação de núcleos especializados e formação de magistrados.

Observação: Proposta de caráter satírico-propositivo, apresentada como "Justiça Sistêmica e Ancestral".

- Criação do Novo Paradigma Judicial (constelações familiares, psicologia junguiana, xamanismo judicial, justiça restaurativa quântica)
- Reforma da infraestrutura dos fóruns (Torre da Harmonização Familiar, Praça da Justiça Ancestral, Câmaras de Terapia Judicial)
- Instituição de novos agentes (Juiz Constelador, Facilitador Sistêmico Penal, Guardião dos Campos Morfogenéticos)
- Novos rituais (Audiência Pré-Constelar Obrigatória, Sentença em curta metragem, Recurso em Transe Hipnótico)
- Criação da Universidade da Justiça Sistêmica

PROPOSTA 07 – TRAIADOR DA PÁTRIA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Tipifica crime de traição à pátria como hediondo e imprescritível, com pena de 30 anos para colaboração com potência estrangeira contra soberania nacional.

- Pena máxima de 30 anos de reclusão em regime fechado
- Vedação de anistia, graça, indulto e liberdade condicional
- Condutas tipificadas: espionagem, sabotagem, colaboração hostil, ataque à ordem democrática
- Competência originária do STJ

- Ação penal condicionada à autorização do Ministro da Justiça

PROPOSTA 08 – STF: MANDATO DE 12 ANOS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece limite de 12 anos para exercício no STF, com aplicação retroativa que abre 5 vagas imediatamente.

- Mandato fixo de 12 anos para Ministros do STF
- Vedação à recondução
- Aplicação retroativa aos atuais ocupantes
- Cronograma escalonado de transição com redução temporária do quórum mínimo para 5 ministros
- Prazos de 30 dias para indicação presidencial e 60 dias para sabatina no Senado

PROPOSTA 09 – COMBATE À CORRUPÇÃO, DELAÇÃO PREMIADA, LARANJA E JUÍZES PARCIAIS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Cria proteção para denunciantes, imprescritibilidade para crimes de corrupção, responsabiliza "laranjas" e aplica mesmo rigor a juízes corruptos.

- Proteção a denunciantes (whistleblowers): anonimato, proteção policial, recompensa de até 5% dos valores recuperados
- Crimes de corrupção, peculato e lavagem de dinheiro tornam-se imprescritíveis • Perda automática do cargo para magistrados condenados
- Confisco administrativo com inversão do ônus da prova
- Fundo Nacional Anticorrupção (10% dos recursos confiscados)
- Responsabilização solidária de "laranjas"
- Sanções severas para pessoas jurídicas (dissolução compulsória, inidoneidade

por 20 anos)

PROPOSTA 10 – PRESÍDIOS HUMANOS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Transforma presídios em Centros de Recuperação Humana com arquitetura terapêutica, trabalho remunerado e foco em reinserção social.

- Conversão integral dos presídios em Centros de Recuperação Humana (CRHs) em até 10 anos
- Celas individuais de 12m², ventilação e iluminação naturais
- Plano Individual de Restauração (PIR) para cada recuperando
- Trabalho remunerado com remição de 1 dia de pena a cada 3 dias trabalhados
- Conselho Gestor Tripartite (poder público, sociedade civil, recuperandos)
- Transmissão ao vivo de áreas coletivas
- Acompanhamento pós-prisão por 3 anos

PROPOSTA 11 – CRIMES GRAVES NA ADMINISTRAÇÃO, FRAUDES EM LOTERIAS E EXPLORAÇÃO ILEGAL JOGOS DE AZAR BETS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Torna crimes graves contra a administração pública inafiançáveis e imprescritíveis, equiparando-os a crimes contra a ordem constitucional. Revoga a Lei 14.790/2023 (bets), institui CPI obrigatória para investigar sorteios da Caixa com prêmios superiores a 50 vezes a arrecadação (1985–2026), tipifica a fraude em sistemas lotéricos e a exploração ilegal de jogos de azar como crimes hediondos com pena mínima de 10 anos em regime fechado, vedada a progressão, e cria o Fundo de Reparação (FRAB) com 100% dos confiscos.

- Crimes hediondos ampliados: corrupção, peculato, lavagem de dinheiro, organização criminosa, fraude em sistemas lotéricos e exploração ilegal de

bets/cassinos virtuais – inafiançáveis, imprescritíveis, pena mínima de 10 anos em regime fechado.

- Revogação imediata da Lei das Bets (14.790/2023), com prazo de 180 dias para encerramento total.
- CPI obrigatória das Loterias da Caixa (1985–2026) com poderes de quebra de sigilo.
- Inversão do ônus da prova e confisco alargado.
- Novos tipos penais: Art. 317-A (Fraude em sistema lotérico – 10 a 20 anos) e Art. 317-B (Exploração ilegal de jogo de azar – 10 a 15 anos).
- Criação do Fundo de Reparação aos Atingidos pelas Bets (FRAB) com 100% dos confiscos.

**#SomosUmSóPovo #FimDasBets #CPILoteriaCaixa
#CrimeHediondo #JustiçaFinanceira**

PROPOSTA 12 – FORÇAS ARMADAS – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Consolida direitos e deveres dos militares em legislação única, mantendo regime jurídico próprio sem criar novos benefícios.

- Consolidação da legislação militar (Lei nº 6.880/1980 e normas esparsas) • Remuneração composta por soldos, adicionais e gratificações • Aposentadoria própria com 35 anos (homens) ou 30 anos (mulheres), ou idade mínima de 60 anos
- Proibição de direito de greve e filiação partidária
- Vedação de exercício de outra profissão remunerada sem autorização

PROPOSTA 13 – LEGISLATIVO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece jornada de 40 horas, unifica previdência ao INSS, extingue auxílio moradia e implementa auxílio-alimentação progressivo.

- Jornada de 40 horas semanais para servidores do Legislativo
- Unificação da previdência ao INSS para parlamentares e servidores
- Extinção do auxílio-moradia
- Auxílio-alimentação com tabela progressiva decrescente:
 - o Até 2 SM: 100% (R\$ 40,00/dia)
 - o 2 a 5 SM: 70% (R\$ 28,00/dia)
 - o 5 a 10 SM: 50% (R\$ 20,00/dia)
 - o Acima de 10 SM: 0%
- Planos de saúde com coparticipação mínima

PROPOSTA 14 – UNIFICAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COM VALORIZAÇÃO REAL – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Fim dos privilégios das castas – Extingue todos os regimes próprios de previdência (Judiciário, Legislativo, Executivo, Ministério Público, Defensoria, Tribunais de Contas e Forças Armadas) para novos ingressantes, que passarão a ser vinculados obrigatoriamente ao RGPS/INSS, com as mesmas regras do trabalhador comum. Os atuais servidores mantêm direitos adquiridos, mas pagarão alíquotas adicionais sobre proventos acima do teto do RGPS.

Valorização real do RGPS:

- Reajuste anual com ganho real (INPC + crescimento do PIB) ou, no mínimo, o mesmo percentual do salário mínimo.
- Recomposição das perdas históricas desde 1994 (adicional de 5% a cada

5 anos).

- Fim do fator previdenciário e cálculo pela média integral de todas as contribuições, com percentual mínimo de 70% + 1,5% por ano extra.
- Teto do RGPS corrigido com ganho real.

Financiamento (Fundo Nacional de Justiça Previdenciária – FNJP):

- 10% da arrecadação de Imposto sobre Lucros e Dividendos (a ser criado) • 5% da CIDE-Mineração
- 20% dos recursos de outorga de terras raras

Resultado: elites perdem privilégios (nivelamento por baixo) e o povo ganha aposentadoria com valorização real (nivelamento por cima).

PROPOSTA 15 – REDUÇÃO DO NÚMERO DE PARLAMENTARES – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Reduz Câmara para 260 deputados e Senado para 54 membros, com economia estimada de R\$ 3-4 bilhões/ano.

- Câmara dos Deputados: de 513 para 260 membros
- Senado Federal: de 81 para 54 membros (2 por unidade da Federação) • Economia anual estimada: R\$ 3-4 bilhões
- Criação do Fundo de Eficiência Legislativa e Desenvolvimento Social (FELDS) • Recursos aplicados em saúde, educação, infraestrutura, ciência, segurança pública e programas sociais

PROPOSTA 16 – VOTO DISTRITAL – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Institui sistema misto com metade das vagas por distritos uninominais e metade por listas partidárias fechadas.

- Sistema misto: 50% das vagas por distritos uninominais, 50% por listas

partidárias fechadas

- Distritos com equilíbrio populacional (diferença máxima de 10%)
- Vedação a práticas de gerrymandering
- Lei complementar em até 12 meses
- TSE terá 18 meses para adaptar sistemas

PROPOSTA 17 – VÍNCULO COM O ESTADO DE 5 ANOS PARA CANDIDATURA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Exige domicílio eleitoral na circunscrição por 5 anos para candidaturas a cargos eletivos, combatendo turismo eleitoral.

- Domicílio eleitoral mínimo de 5 anos na circunscrição
- Vedação de mudança nos 12 meses anteriores ao pleito
- Exceções: força maior, calamidade, tratamento de saúde, reassentamento por casamento
- Tipificação como crime (falsidade ideológica) a prestação de informação falsa sobre domicílio
- Vigência para eleições após 3 anos da promulgação

PROPOSTA 18 – REFORMA FISCAL (JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E FIM DO RENTISMO) – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

RESUMO EXECUTIVO

A presente proposta corrige e amplia a reforma fiscal para tributar pesadamente toda e qualquer renda passiva (lucros, dividendos, aluguéis, aplicações financeiras, royalties, ganhos de capital, heranças e doações), com alíquotas progressivas de até **60%**, tornando economicamente desvantajoso viver de rentismo. Em contrapartida, isenta o IRPF para rendas do trabalho de até **R\$ 7.000/mês** e cria o **Fundo Nacional de Reparação Social (FNRS)**, com **R\$ 150 a R\$ 200 bilhões/ano** destinados exclusivamente a saúde, educação, moradia e geração de

emprego.

O ERÁRIO COBRA SUA PARTE E O POVO TRABALHA!

PRINCIPAIS MEDIDAS SINTETIZADAS

1. IRPF – JUSTIÇA PARA QUEM TRABALHA

- Isenção total para rendimentos do trabalho (assalariado, autônomo, cooperado) de até **R\$ 7.000,00 mensais**.
- Alíquota máxima de **35%** para altas rendas do trabalho, mas **menor que a alíquota sobre rendas passivas**, invertendo a lógica atual.

2. CSRP – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE RENDAS PASSIVAS (FIM DO RENTISMO)

- Incidência sobre o valor bruto anual de: **lucros e dividendos, aluguéis, aplicações financeiras (inclusive poupança e cripto), JCP, royalties, ganhos de capital, heranças e doações**.
- **Fim da isenção de dividendos** (revoga o art. 10 da Lei 9.249/1995). • **Fim da isenção para maiores de 65 anos** em aplicações financeiras.

Alíquotas anuais progressivas:

Faixa de Renda Passiva Anual (R\$)	Alíquota
Até 30.000,00	Isento
De 30.000,01 a 60.000,00	20%
De 60.000,01 a 120.000,00	30%
De 120.000,01 a 240.000,00	40%
De 240.000,01 a 480.000,00	50%
Acima de 480.000,00	60%

- Vedação absoluta de deduções que reduzam a carga efetiva (salvo despesas necessárias, limitadas a 30% do bruto).

3. IGF – IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS

- Alíquota de **2% a 5%** sobre patrimônio líquido superior a R\$ 10 milhões (imóveis, veículos, aplicações, holdings, offshore).

4. ITCMD – ALÍQUOTAS MÍNIMAS NACIONAIS

- Heranças e doações:
 - o Até R\$ 1 milhão: **8%**
 - o De R\$ 1 a 5 milhões: **15%**
 - o Acima de R\$ 5 milhões: **25%**
- Vedada alíquota inferior pelos Estados, sob pena de intervenção federal.

5. CESTA BÁSICA ZERO IMPOSTOS

- Redução a zero de PIS/PASEP e COFINS para produtos da cesta básica nacional.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS – FUNDO NACIONAL DE REPARAÇÃO SOCIAL (FNRS)

100% da arrecadação da CSRP, IGF e ITCMD progressivo vão para o FNRS, com alocação obrigatória e vedação ao contingenciamento:

Área	Percentual	Aplicação
Saúde	30%	UPAs, hospitais, medicamentos, valorização do SUS
Educação	30%	CIEPs (P. 71), creches (P. 72), escolas técnicas, alfabetização digital (P. 70)
Moradia e saneamento	20%	Urbanização de favelas (P. 73), habitação popular, despoluição de rios (P. 57)
Geração de Emprego e Renda	20%	Cooperativas, microcrédito, capacitação profissional

ESTÍMULO AO TRABALHO PRODUTIVO

- **Bônus "Brasil Produtivo"** : trabalhadores com renda exclusivamente do trabalho recebem anualmente **5% do total arrecadado pela CSRP** como reconhecimento.
- **Desoneração da folha** : redução do INSS patronal para empresas que mantenham ou ampliem empregos formais.
- **Fomento ao cooperativismo** : linhas de crédito especiais para cooperativas de trabalhadores, com juros subsidiados.

IMPACTO ESTIMADO

- Arrecadação adicional anual: **R\$ 150 a R\$ 200 bilhões**.
- Redução da desigualdade: tributação progressiva sobre rendas passivas e grandes fortunas.
- Estímulo ao trabalho produtivo e à economia real.
- Fortalecimento dos serviços públicos essenciais.

#RendaPassivaTributada #JustiçaSocial #BrasilProdutivo
#FundoNacionalDeReparaçãoSocial #TrabalhoDigno
#FimDoRentismo #SomosUmSóPovo

PROPOSTA 19 – COAF – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Transforma COAF em Autoridade Nacional de Inteligência Financeira autônoma, com poderes ampliados e blindagem contra interferências.

- Autonomia técnica e financeira com mandato fixo de 4 anos para seus dirigentes.
- Poderes ampliados: acesso direto a dados bancários, fiscais e telemáticos.
- Compartilhamento automático de informações com CGU, TCU e MPF.
- Blindagem contra interferências políticas com quarentena de 4 anos para ex dirigentes.
- Criação do Fundo de Combate à Lavagem de Dinheiro.

PROPOSTA 20 – PENSÃO PARA FILHAS SOLTEIRAS – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Reforma regras de pensão por morte, limitando benefícios a critérios objetivos de idade e estudo, extinguindo direito vitalício para filhas solteiras.

- Pensão por morte para filhas solteiras limitada até 21 anos (ou 24 anos se cursando ensino superior).
- Extinção do direito vitalício para filhas solteiras comprovadamente dependentes.
- Critérios objetivos: idade, estudo, comprovação de dependência econômica.
- Vedação ao acúmulo com outros benefícios previdenciários.
- Economia estimada: R\$ 2 bilhões/ano.

PROPOSTA 21 – CONTROLE DOS JUROS, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece teto para juros de cartão de crédito, empréstimos e cheque especial; torna obrigatório o atendimento humano com pessoa física em horário comercial; veda práticas enganosas de parcelamento; institui sanções duras (multa de até 20% do faturamento bruto); obriga o Banco Central a fiscalizar bancos físicos e digitais com as mesmas regras; cria o Índice de Justiça Financeira (IJF) e ouvidoria com prazo de 15 dias.

Teto para juros vinculado à Taxa Selic:

- Rotativo do cartão e cheque especial: 2,5 x Selic
- Parcelamento de faturas: 2,8 x Selic
- Crédito pessoal: 3 x Selic
- Crédito consignado: 1,5 x Selic

Implementação gradual: 5 x Selic (1º ano), 4 x Selic (2º ano), 3 x Selic (3º ano).

- Proibição do anatocismo (juros sobre juros em períodos inferiores a 30 dias).
- Atendimento humano obrigatório (pessoa física, 9h às 18h), vedada substituição por chatbot ou IA.
- Transparência absoluta: ofertas devem exibir valor total da dívida, CET, taxa de juros e número de parcelas em destaque.
- Sanções: multa de 1% a 20% do faturamento; proibição de novas ofertas de crédito por 90 a 360 dias; responsabilização objetiva; censura pública.
- Igualdade de regras entre bancos físicos e digitais.
- Criação do Índice de Justiça Financeira (IJF) e ouvidoria com prazo de 15 dias.
- Crime de usura financeira: detenção de 6 meses a 2 anos (2 a 5 anos para reincidentes).

ACABOU A FARRA DOS BANCOS DIGITAIS! JUROS JUSTOS, ATENDENTE HUMANO E FIM DAS OFERTAS ENGANOSAS!

PROPOSTA 22 – BANCO CENTRAL – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Reintegra BC ao Poder Executivo, acrescentando objetivos de desenvolvimento e emprego além da estabilidade de preços.

- Fim da autonomia do Banco Central
- Reintegração do BC ao Poder Executivo
- Novos objetivos: desenvolvimento econômico sustentável, geração de emprego e renda, redução das desigualdades, fomento ao crédito para pequenas e médias empresas
- Controle popular: plebiscito obrigatório para transferência de ativos do BC ou Tesouro
- Extinção imediata dos mandatos atuais dos diretores
- Revogação da EC nº 117/2024

PROPOSTA 23 – JUSTIÇA FINANCEIRA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Cria Tribunal Nacional de Crimes Financeiros com poder para intervir em instituições que praticarem juros abusivos.

- Papel estratégico dos bancos públicos (assegurado constitucionalmente) • Criação da Contribuição Social sobre Lucros Financeiros Excessivos (CSLFE) • Autorização para o BC limitar o spread bancário
- Obrigatoriedade de atendimento bancário em regiões carentes
- Criação do Banco Postal Nacional
- Proibição de discriminação algorítmica por CEP, raça ou etnia
- Conta digital gratuita universal

PROPOSTA 24 – CONAB – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento para atuar no controle de preços e formação de estoques reguladores.

- Prioridade do abastecimento interno sobre exportações (princípio constitucional)
- Exportação condicionada à comprovação de disponibilidade interna
- Fortalecimento da CONAB como gestora de estoques reguladores • Critérios objetivos para comprovação da demanda nacional
- Sanções pelo descumprimento

PROPOSTA 25 – CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS – detalhamento

Tipo: PLP

Ementa: Estabelece critérios técnicos e econômicos rigorosos para criação de novos municípios, evitando fragmentação sem viabilidade.

- População mínima: 10.000 habitantes (7.000 para Amazônia Legal) • Viabilidade econômico-financeira: receitas próprias $\geq$ 30% das despesas projetadas
- Núcleo urbano consolidado com infraestrutura básica
- Continuidade territorial
- Estudo de impacto ambiental
- Plebiscito obrigatório e vinculante
- Período de transição de 4 anos com gestão compartilhada

PROPOSTA 26 – APLICATIVO ESTATAL – detalhamento

Tipo: PLP + PL

Ementa: Desenvolve aplicativo estatal unificado para serviços públicos, acabando com a escravidão moderna das grandes plataformas privadas.

- Modelo cooperativo: trabalhadores são donos da plataforma
- Taxa de serviço limitada a 10% (contra 25-35% das grandes plataformas) • Trabalhadores recebem até 85% do valor dos serviços
- Seguro de acidentes, auxílio-doença e fundo emergencial
- Proibição de bloqueio arbitrário
- Isenção fiscal para cooperativas nos primeiros 5 anos

PROPOSTA 27 – ISENÇÃO FISCAL – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Revisa e extingue isenções fiscais para setores privilegiados, mantendo apenas benefícios com comprovado impacto social.

- Revogação geral de todos os incentivos fiscais vigentes
- Reavaliação técnica por Comitê Técnico de Análise de Impacto (CTAI) • Matriz de Pontuação Pública: Custo-Benefício Fiscal (40%), Qualidade do Emprego (25%), Transferência & Encadeamento (20%), Sustentabilidade e ESG (15%)
- Contratos de Desempenho e Transferência (CDT) por 5 anos
- Cláusula Antilobby com rescisão imediata em caso de lobby ilegal

PROPOSTA 28 – PACOTE ANTI-GOLPES E ANTIVIOLENCIA DAS BIG TECHS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

EMENTA: Institui o marco regulatório digital mais rigoroso do planeta, transformando o Brasil em um ambiente hostil para golpistas, criminosos virtuais, disseminadores de ódio e plataformas que manipulam algoritmos.

O Pilar Constitucional

- Novos direitos fundamentais (art. 5º): proteção contra fraudes e vedação a conteúdo violento/de ódio; responsabilização máxima (art. 170); controle estatal sobre algoritmos (art. 220).

A Regulamentação, os Deveres e as Sanções

- Atinge plataformas com >500 mil usuários no Brasil.
- Obrigações: verificar identidade de anunciantes; remover conteúdo ilícito em 12h; indenizar vítimas em 48h; manter servidores no Brasil; entregar código fonte dos algoritmos ao Estado.
- Fiscalização: CNDD (bloqueio em 4h) e SNAA (auditoria algorítmica surpresa).
- Sanções: multa de 2% a 30% do faturamento; suspensão por 2 anos; banimento definitivo; diretores inabilitados por 30 anos.

Os Crimes, as Penas e a Educação

- Novos tipos penais: golpes financeiros, crimes de ódio/racismo/nazismo digital, manipulação de algoritmos, criação de bots.
- Penas: reclusão de 10 a 30 anos; aumento de pena para idosos, crianças e vulneráveis.
- Nazismo, fascismo e racismo digital: INAFIANÇÁVEIS e IMPRESCRITÍVEIS. • Penas acessórias: multa de 300% a 1.000% do prejuízo; perda de todos os bens; cadastro nacional de fraudadores; interdição do uso da internet.
- Educação digital obrigatória nas escolas.

Conclusão: O Brasil sai da passividade e assume a liderança global na proteção dos direitos fundamentais no mundo virtual.

PROPOSTA 29 – CANDIDATURA INDEPENDENTE – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Permite candidaturas sem filiação partidária, com requisitos de assinaturas e apoio comunitário.

- Eliminação da exigência de filiação partidária
 - Requisito de assinaturas: 1% do eleitorado nacional para Presidente; 1% estadual para Senador; 0,5% da circunscrição para Deputados
- Acesso ao horário eleitoral gratuito proporcional ao número de assinaturas
- Vedação ao uso do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário
- Vedação à filiação partidária após o registro

PROPOSTA 30 – FORO DE PRERROGATIVAS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Extingue foro privilegiado para todas as autoridades, sujeitando-as à Justiça comum.

- Foro mantido apenas para o Presidente da República durante o exercício do mandato
- Extinção do foro para Vice-Presidente, Ministros de Estado, parlamentares, governadores, magistrados e demais autoridades
- Processos em curso remetidos à primeira instância em até 180 dias
- Suspensão de prazos processuais por 60 dias para adequação

PROPOSTA 31 – FUNDO ELEITORAL E PARTIDÁRIO: EXTINÇÃO, DEVOLUÇÃO DE SOBRAS AO ERÁRIO E RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Acaba com o Fundo Eleitoral e o Fundo Partidário, institui financiamento exclusivo por pessoas físicas com limites rígidos, e estabelece a obrigação de os partidos políticos devolverem ao Erário todo o saldo remanescente, após a comprovação integral da quitação de débitos trabalhistas, previdenciários e fiscais, sob pena de responsabilização criminal, inabilitação e multas severas. **PARTIDO POLÍTICO SÓ EXISTE PARA SERVIR AO POVO, NÃO PARA ROUBAR DINHEIRO PÚBLICO!**

PRINCIPAIS MEDIDAS:

Extinção dos Fundos e Novo Financiamento (PEC 31/2026):

- Extinção imediata do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário, com redirecionamento obrigatório de **50% para a Saúde (SUS)**, **30% para a Educação (FNDE)** e **20% para o Fundo de Democracia Participativa** (plebiscitos, referendos e iniciativas populares).
- Proibição constitucional absoluta de doações de campanha por pessoas jurídicas (empresas, sindicatos, associações).
- Limite máximo de **R\$ 1.000,00 (mil reais)** por pessoa física (CPF) por turno eleitoral, vedado o acúmulo de doações.

Quitação de Débitos e Devolução Obrigatória (PLP 31-A/2026):

- **Prazo fatal de 180 (cento e oitenta) dias** para os partidos quitarem integralmente todas as obrigações trabalhistas (salários atrasados, FGTS, verbas rescisórias), previdenciárias (INSS patronal) e fiscais (tributos federais).
- Auditoria independente obrigatória, contratada pelos partidos, com supervisão, validação e fiscalização conjunta da **Justiça Eleitoral, do TCU e da Receita Federal** – laudo público e vinculante.
- **Devolução total do saldo remanescente ao Fundo Nacional de Reparação Social (FNRS)** da Proposta 18, vedada absolutamente qualquer distribuição a dirigentes, filiados, prestadores de serviço ou terceiros.
- Criação do **Sistema Nacional de Doações Políticas (SNDP)** com transparência em tempo real (atualização diária), integrado ao TSE, Receita Federal e TCU.
- Tetos máximos de gastos por campanha: **Presidente (R\$ 50 mi)**, **Governador (R\$ 10 mi)**, **Senador (R\$ 5 mi)**, **Deputado Federal (R\$ 2 mi)**, **Deputado Estadual (R\$ 1 mi)** e **Vereador (R\$ 200 mil)**.

Sanções, Crimes e Cadastro de Partidos Irregulares (PL 31-B/2026):

- **Multa civil e administrativa** correspondente ao **triplo do valor não devolvido ou irregularmente apropriado**, aplicada solidária e pessoalmente aos presidentes nacionais, tesoureiros e dirigentes responsáveis.
- **Inabilitação política** para o exercício de qualquer cargo público, função de confiança ou mandato eletivo por **10 (dez) anos**.
- **Tipificação criminal** (Art. 315-A do Código Penal – Apropriação indébita de recursos públicos partidários): reter, desviar ou deixar de devolver ao Erário saldo remanescente. **Pena: reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa**, sem direito a fiança. Se o valor ultrapassar R\$

- 1.000.000,00 (um milhão de reais), a pena é aumentada em 1/3 (um terço).
- **Bloqueio cautelar imediato** de todas as contas bancárias do partido e de bens móveis e imóveis dos dirigentes responsáveis, ao primeiro sinal de irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária.
 - Criação do **Cadastro Nacional de Partidos Irregulares (CNPI)**, com publicidade obrigatória no portal do TSE. Enquanto no CNPI, o partido fica proibido de receber novas doações, registrar candidaturas ou participar da partilha de qualquer recurso público.

IMPACTO FISCAL ESTIMADO

- **Economia anual imediata de R\$ 5 a R\$ 7 bilhões** com a extinção dos fundos eleitoral e partidário.
- **Recuperação extraordinária** de mais de **R\$ 3 bilhões em saldos acumulados** pelos partidos nos últimos anos, que serão integralmente revertidos ao FNRS para saúde, educação, moradia e geração de emprego.
- **Quitação forçada de dívidas trabalhistas** de milhares de ex-funcionários de partidos, garantindo que recebam seus direitos trabalhistas e previdenciários.
- **Efeito moral e disciplinador**: inibição da criação de partidos de aluguel, do uso de recursos públicos para autopromoção e do enriquecimento ilícito de dirigentes partidários.

ACABOU A FARRA! QUEM DEVE AO TRABALHADOR E AO FISCO NÃO TEM DIREITO A UM CENTAVO DO POVO! DEVOLVE AO ERÁRIO OU VAI PARA A CADEIA!

**#FundoEleitoralAcabou #DevoluçãoObrigatória #PartidosDevemPagar
#CadeiaParaLadrãoDeDinheiroPúblico #SomosUmSóPovo**

PROPOSTA 32 – CARGOS DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Estabelece critérios técnicos para nomeações, com avaliação de mérito e experiência comprovada. Serão preenchidas por concurso público!

- Concurso Público Nacional para o Alto Escalão Técnico (CPNAET) • Cargos abrangidos: DAS 5 e 6, presidentes e diretores de autarquias e estatais, Secretários Executivos e Nacionais
- Banca Examinadora Central com autonomia técnica e mandato de 4 anos • Etapas: prova escrita, análise de currículo, assessment center, arguição pública
- Cadastro Nacional de Gestores Públicos (CNGP) com validade de 4 anos • Nomeações devem escolher entre os 3 primeiros colocados
- Sanções por nomeação irregular: improbidade administrativa

PROPOSTA 33 – IPVA SOBRE BENS DE LUXO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Implementa alíquotas progressivas de IPVA para veículos de luxo e alta cilindrada.

- Tributação sobre aeronaves de uso privado, embarcações de recreio, veículos de alto valor (>R\$ 500 mil ou >400 cv)
- Alíquotas anuais de IPVA entre 1,5% e 4%
- Destinação: 40% para saúde, 40% para educação, 20% para infraestrutura de transporte público
- Arrecadação adicional estimada: R\$ 5 bilhões/ano

PROPOSTA 34 – ISENÇÃO FISCAL PARA IGREJAS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Mantém imunidade tributária condicionada à prestação de contas e comprovação de atividades sociais.

- Imunidade condicionada ao Regime Fiscal de Transparência e Contrapartida Social
- Prestação de contas pública com auditoria independente
- Despesas administrativas limitadas a 40% da receita bruta anual
- Aplicação de no mínimo 35% da receita em projetos sociais
- Perda da imunidade por 5 anos em caso de descumprimento
- Portal da Transparência das Entidades Religiosas

PROPOSTA 35 – RÁDIO E TV: FIM DO MONOPÓLIO NAS CONCESSÕES – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Desconcentra concessões de mídia, limitando número de outorgas por mesmo grupo empresarial.

- Limites de cobertura populacional: 15% nacional, 25% estadual, 35% municipal
- Proibição de propriedade cruzada (TV, rádio, jornal, portal) no mesmo município
- Fortalecimento da radiodifusão pública e comunitária
- Cota de 20% da programação para conteúdo independente e regional
- Conselho Nacional de Comunicação Social com composição paritária
- Prazo de 5 anos para adequação

PROPOSTA 36 – INVESTIGAÇÃO DE ONGs – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Fortalecimento da fiscalização sobre ONGs, com auditoria regular de recursos públicos recebidos.

- Repasses a ONGs devem obedecer aos princípios da publicidade, economicidade e eficiência
- Exigência de existência jurídica mínima de 3 anos
- Vedação de parcerias com entidades que tenham agentes políticos ou parentes em seus quadros
- Cadastro Nacional de Entidades Parceiras do Poder Público (CNEPP) • Auditoria obrigatória para entidades que recebem acima de R\$ 500 mil/ano
- Suspensão imediata de repasses em caso de descumprimento

PROPOSTA 37 – FRAUDES EM PRIVATIZAÇÕES – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Cria comissão para reavaliar processos de privatização com indícios de irregularidades.

- Imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário
- Criação da Comissão Nacional de Revisão de Privatizações (CNRP) com mandato de 5 anos
- Acesso irrestrito a documentos públicos e privados
- Fundo de Reparação ao Povo Brasileiro (FRPB)
- Inversão do ônus da prova mediante indícios robustos de irregularidade • Cooperação internacional para repatriação de ativos

PROPOSTA 38 – CPI DA DÍVIDA PÚBLICA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Instaura CPI para investigar composição e legitimidade da dívida pública brasileira.

- Auditoria anual da dívida pública pelo TCU (obrigação constitucional)
- Relatório com identificação nominal dos beneficiários finais
- Vedação de contratação de operações de crédito com juros superiores em mais de 30% à taxa média do setor privado
- Quarentena de 5 anos para ex-dirigentes do BC e Tesouro
- Identificação obrigatória do beneficiário final na negociação de títulos públicos

PROPOSTA 39 – CONSELHEIROS ESTATAIS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Exige qualificação técnica para conselheiros de estatais com processo seletivo transparente.

- Seleção por mérito técnico e qualificação profissional comprovada • Conselhos com 1/3 de membros independentes, 1/3 de especialistas de mercado, 1/3 do acionista controlador
- Mandato fixo de 2 anos, vedada recondução imediata
- Requisitos: pós-graduação, 10 anos de experiência em alta gestão, certificação em governança
- Comitê de Seleção Paritário com autonomia técnica
- Remuneração variável limitada a 50% da fixa, com cláusula de recuperação (clawback)

PROPOSTA 40 – IA NO COMBATE À CORRUPÇÃO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Implementa sistemas de inteligência artificial para cruzar dados e identificar irregularidades.

- Base constitucional para uso de IA em investigações criminais
- Garantias: contraditório, ampla defesa, supervisão humana obrigatória
- Sistema Integrado de Alerta e Resposta ao Desmatamento (SIARD)
- Sistema Integrado de IA para Investigação Criminal e Ambiental "Olho Que Tudo Vê"
- Autorização judicial obrigatória para coleta de dados biométricos
- Eliminação de dados após o término da investigação

PROPOSTA 41 – DESMATAMENTO ILEGAL – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Cria força-tarefa permanente com satélites e inteligência para combate ao desmatamento. Vira crime hediondo.

- Desmatamento ilegal classificado como crime hediondo
- Penas de 5 a 10 anos de reclusão e multas de até R\$ 10 milhões por hectare para pessoas jurídicas
- Sistema Integrado de Alerta e Resposta ao Desmatamento (SIARD) • Forças-tarefa nacionais permanentes
- Rastreabilidade por blockchain para cadeias de carne, soja, madeira e couro • Crédito rural condicionado à regularidade ambiental
- Programa de Proteção a Denunciantes de crimes ambientais

PROPOSTA 42 – MINERAÇÃO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Regulamenta atividade mineral com royalties justos e compensação ambiental ampliada.

- Exploração mineral deve ser sustentável, com vedação a barragens a montante
- Criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Exploração Mineral (CIDE-Mineração) com alíquota de 5%
- Fundo Nacional de Recuperação Ambiental (FNRA)
- Consentimento livre, prévio e informado de comunidades tradicionais
- Rastreabilidade por blockchain da origem do minério
- 50% da CFEM destinada aos municípios impactados
- Crimes ambientais na mineração: reclusão de 10 a 20 anos

PROPOSTA 43 – AGROTÓXICO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Restringe uso de agrotóxicos proibidos em outros países e incentiva transição agroecológica.

- Eliminação progressiva de agrotóxicos perigosos
- Prazos: 12 meses para agrotóxicos banidos na UE; 3 anos para extremamente tóxicos; 10 anos para todos os agrotóxicos de síntese química
- Zonas Livres de Agrotóxicos: APPs, terras indígenas, entorno de escolas e unidades de saúde, áreas de captação de água
- Programa Nacional de Transição Agroecológica (PNTA)
- Incentivos fiscais para produção agroecológica
- Multas de até R\$ 10 milhões

PROPOSTA 44 – DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS, ECONOMIA CIRCULAR E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Institui a Política Nacional de Aproveitamento Integral de Resíduos (PNAIR) e o Programa Nacional de Aproveitamento Alimentar e Combate ao Desperdício (PNACD). Obriga restaurantes, supermercados, padarias e buffets a doarem sobras próprias para consumo humano na hierarquia: 1º PESSOA → 2º ANIMAL → 3º ADUBO. Cria o Sistema Nacional de Pontos de Coleta Inteligentes (SNPCI) com máquinas automatizadas que remuneram o cidadão por recicláveis. Meta de 100% de reciclagem em 10 anos, proibição total de sacolas plásticas em 2 anos e de isopor em 5 anos. Institui a CIDE-Reciclagem e o Fundo Nacional de Aproveitamento Integral (FNAI).

Principais Medidas Sintetizadas:

- Hierarquia constitucional dos resíduos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, recuperação energética e disposição final adequada.
- Proibição total de sacolas plásticas convencionais em até 2 anos e de isopor descartável em até 5 anos.
- Meta vinculante: 100% de reciclagem, compostagem, biodigestão ou recuperação energética em 10 anos.
- Obrigação de doação de excedentes alimentares na hierarquia: Pessoa → Animal → Adubo, com dedução fiscal de até 50%.
- Inclusão socioprodutiva dos catadores: prioridade em contratos públicos; criação do Cadastro Nacional de Cooperativas (CNCAT).
- Educação ambiental obrigatória como tema transversal na educação básica (20 horas/aula anuais).
- Logística reversa ampliada para embalagens, eletroeletrônicos, pilhas, pneus, medicamentos, plásticos de uso único e isopor.
- Sistema Nacional de Pontos de Coleta Inteligentes (SNPCI) com remuneração via Pix ou Aplicativo Estatal.
- Fundo Nacional de Aproveitamento Integral (FNAI) com recursos

não contingenciáveis.

- Incentivos fiscais: redução de 50% do IPI para economia circular; isenção de PIS/COFINS por 5 anos para micro e pequenas empresas de reciclagem. •
- Sanções: multas diárias de R\$ 5 mil a R\$ 10 milhões; reclusão de 1 a 4 anos para descarte irregular.
- Geração de 500 mil empregos no setor de reciclagem; arrecadação anual de R\$ 3 a R\$ 5 bilhões com a CIDE-Reciclagem.

Destinação dos Recursos do FNAI:

- 40% para infraestrutura de coleta seletiva, usinas de triagem, compostagem e reciclagem.
- 25% para implantação do SNPCI.
- 20% para capacitação e estruturação de cooperativas de catadores. • 10% para campanhas educativas.
- 5% para P&D em tecnologias limpas.

#SomosUmSóPovo #ReciclagemComJustiçaSocial
#EconomiaCircular #CatadoresValorizados #FomeZero
#SacoPlásticoNão #IsoporFora
#OPrimeiroDestinoÉOPratoDeQuemTemFome

PROPOSTA 45 – ULTRAPROCESSADOS – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Aplica tributação extra e restrição publicitária a alimentos ultraprocessados.

- Proibição de publicidade de ultraprocessados dirigida a crianças e adolescentes
- Vedação de comercialização em instituições de ensino
- Banimento progressivo: bebidas açucaradas (2026), snacks com aditivos sintéticos (2027), carnes reconstituídas (2028)
- Bolsa Alimentação Saudável: R\$ 150/mês para famílias do CadÚnico • Subsídios para reformulação industrial via BNDES
- Rotulagem com alerta frontal: "ESTE PRODUTO É ULTRAPROCESSADO"

PROPOSTA 46 – LIBERAÇÃO DA CANNABIS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Regulamenta cultivo e uso medicinal da cannabis, com produção pública.

- Cultivo doméstico de até 4 plantas fêmeas por residência
- Venda exclusiva em farmácias e estabelecimentos licenciados
- Proibida para menores de 18 anos
- Tributação de 15% a 20%, destinada: 40% SUS, 30% educação, 30% Fundo de Reparação Social
- Prioridade para agricultores familiares, quilombolas, indígenas e pequenos empreendedores
- Extinção da punibilidade para posse de até 50g ou 6 plantas
- Anistia a condenados por posse sem envolvimento com tráfico

PROPOSTA 47 – FLÚOR: BANIMENTO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Proíbe adição compulsória de flúor na água potável, mantendo apenas aplicação tópica supervisionada.

- Proibição total da adição artificial de flúor na água de sistemas públicos
- Revogação da Lei 6.050/1974
- Manutenção de aplicação tópica supervisionada
- Ressalva para concentrações naturais

PROPOSTA 48 – PEC MALAFAIA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Regulamenta relação Estado-Igrejas, mantendo imunidade tributária com contrapartidas sociais.

- Vedação de uso da liberdade religiosa para disseminação de desinformação, incitação à ruptura democrática ou ataques às instituições
- Perda da imunidade tributária por 5 anos mediante condenação transitada em julgado
- Tipificação do crime de incitação pública à ruptura da ordem constitucional (reclusão de 2 a 5 anos)
- Inelegibilidade de líderes religiosos condenados por crimes contra o Estado Democrático de Direito

PROPOSTA 49 – ESCRAVIDÃO / TRABALHO ANÁLOGO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Tipifica trabalho análogo à escravidão como crime hediondo e imprescritível.

- Perda de todos os bens e valores do condenado como efeito automático
- Responsabilidade solidária da cadeia produtiva
- Pena-base: 4 a 12 anos (antes 2 a 8); se resulta morte: 12 a 20 anos
- Dissolução compulsória da empresa reincidente
- Cadastro Nacional de Empregadores Condenados
- Impedimento de licitar com o poder público por 10 anos

PROPOSTA 50 – REFORMA AGRÁRIA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Acelera desapropriação de latifúndios improdutivos para assentamento familiar.

- Direito real de concessão hereditária após 10 anos de exploração direta
- Vedação à alienação a terceiros e à hipoteca
- Criação do Fundo Nacional de Recompra e Redistribuição (FNRR)
- Programa Nacional de Aquisição Alimentar Direta (PNAAD): garantia de compra de até 50% da produção
- Criação do Agente Comunitário da Terra
- Assistência técnica com foco agroecológico

PROPOSTA 51 – SALÁRIO-MÍNIMO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Eleva o salário mínimo nacional a 10% do subsídio mensal bruto dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em até cinco anos, com reajuste automático posterior.

- Meta final: salário-mínimo = 10% do subsídio dos ministros do STF = R\$ 4.636,62 (base 2025).
- Cronograma (5 anos – a partir de 2027): 2027 (4,5%), 2028 (6,0%), 2029 (7,5%), 2030 (8,8%), 2031 (10%).
- Reajuste automático a partir de 2032 pelo mesmo percentual de variação do subsídio dos ministros.
- PEC nº 51/2026: acrescenta o art. 114 ao ADCT.
- PLP nº 51A/2026: fixa o cronograma e cria o CAP (governo, setor produtivo, centrais sindicais, academia).
- PL nº 51B/2026 (PRÓ-MPE): isenção da contribuição patronal previdenciária por 5 anos para MPEs que mantiverem empregos; linhas de crédito subsidiado.
- Impacto: substitui a discricionariedade política por regra automática de valorização.

FAZEMOS JUSTIÇA AO TRABALHADOR BRASILEIRO!

PROPOSTA 52 – IA PARA INCLUSÃO FINANCEIRA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Usa inteligência artificial para ampliar acesso a crédito a populações subatendidas.

- Inclusão digital e financeira como direito social (alteração do art. 6º da CF) • Programa "IA do Povo": educação financeira personalizada, gestão automatizada de micro orçamentos, sistema de microcrédito justo • Score Social baseado em dados de programas sociais e histórico de pagamentos (mediante consentimento)
- Limite de crédito: R\$ 5.000,00 por operação
- Comitê de Governança da Inclusão Financeira

PROPOSTA 53 – ESCALA 5X2 – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece jornada padrão de 5 dias trabalhados por 2 dias consecutivos de descanso semanal remunerado. Fixa teto de 40 horas semanais (redução para 36 horas em 5 anos). Garante desconexão digital, intervalo mínimo de 11 horas entre jornadas, almoço de 1 hora, trabalho em dia de descanso pago em dobro com folga bonificada de 3 dias. Protege contra retaliação e dá prioridade a gestantes e lactantes.

Principais Medidas:

- Escala 5x2 como regime padrão; dois dias consecutivos de descanso, preferencialmente sábado e domingo.
- Jornada máxima: 40 horas semanais (em 1 ano), com meta de 36 horas em 5 anos.
- Direito à desconexão digital; intervalo mínimo de 11 horas; intervalo intrajornada de 1 hora.
- Trabalho em dia de descanso pago em dobro + folga bonificada de 3 dias.
- Flexibilidade controlada: apenas com acordo individual escrito ou coletivo; recusa não pode ser punida.
- Proteção contra retaliação (presunção nos 90 dias seguintes); ônus da

prova invertido.

- Prioridade para gestantes e lactantes na definição dos dias de descanso. •
- Multa administrativa de 5 a 20 salários-mínimos por trabalhador prejudicado. •
- Incentivos: redução de 20% do INSS patronal por 24 meses para empresas que adotarem antes do prazo.

IMPACTO ESPERADO: Redução da jornada média, melhoria da qualidade de vida, estímulo à criação de empregos, economia com saúde e fortalecimento do comércio local.

PROPOSTA 54 – BRASIL AUTOSSUFICIENTE – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Fomenta a produção nacional de insumos estratégicos como medicamentos e fertilizantes.

- Autossuficiência energética renovável até 2050
- Criação do Fundo Nacional de Energia Limpa (FUNEL) com R\$ 100 bilhões de aporte inicial
- Metas: 100% combustíveis renováveis, 70% da receita da Petrobras de fontes limpas
- Incentivos fiscais: redução a zero de PIS/PASEP e COFINS, isenção de IPI, depreciação acelerada
- Hub de Hidrogênio Verde (CE) com R\$ 4,2 bilhões
- Refinarias 4.0 para conversão de REPAR/REDUC

PROPOSTA 55 – GURGEL MOTORS E MUSEU – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Resgata a marca Gurgel, lançando carros elétricos com valor POPULAR sem impostos. Cria museu da indústria automotiva nacional e fomenta veículos elétricos.

- Criação da empresa pública "Nova Gurgel S.A." com capital do Fundo Social do Pré-Sal
- Incentivos fiscais por 15 anos: redução a zero de PIS/PASEP, COFINS, IPI e Imposto de Importação
- Contrapartidas: investimento mínimo de 2% da receita bruta em inovação • Política Nacional de Logística Reversa de Baterias
- Museu Nacional Gurgel em São Bernardo do Campo (SP)
- Veículos populares a partir de R\$ 35 mil com financiamento público a juros zero

PROPOSTA 56 – MALHA FERROVIÁRIA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Retoma expansão da malha ferroviária para transporte de carga e passageiros.

- Política Nacional de Transporte Ferroviário com prioridade para corredores de exportação
- 20% da arrecadação de incentivos fiscais federais e outorgas ferroviárias destinados aos Fundos Estaduais de Apoio ao Transporte Ferroviário • Criação do Fundo Nacional de Infraestrutura Ferroviária (FNIF) • Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento Ferroviário (REIDF) • Corredores Ferroviários Estratégicos: Norte-Sul, Centro-Leste, Oeste-Nordeste • Investimentos: R\$ 600 bilhões, geração de 500 mil empregos

PROPOSTA 57 – DESPOLUIÇÃO DE RIOS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Implementa programa nacional de despoluição de bacias hidrográficas.

- Regra de Ouro Verde: vedação ao contingenciamento de despesas com despoluição e saneamento
- Programa Nacional de Despoluição de Rios Urbanos (PNDRU) • Fundo Nacional de Despoluição de Rios (FNDR) com recursos não contingenciáveis
- Incentivos fiscais para indústrias sustentáveis: redução de IBS/CBS em até 60% • Estatuto da Responsabilidade Hídrica: majoração de multas, cobrança de companhias estaduais de saneamento
- Educação ambiental como tema transversal na educação básica

PROPOSTA 58 – CANAL DE COMUNICAÇÃO DA EBC – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Fortalecimento da Empresa Brasil de Comunicação como mídia pública independente.

- Criação do Canal Brasil Diversidade com status constitucional • Diretor-Presidente com mandato fixo de 4 anos, escolhido por lista tríplice e aprovado pelo Senado
- Conselho de Participação Social com 27 membros (11 da sociedade civil, 11 do Comitê Editorial, 5 da Rede Nacional)
- Cotas mínimas: 40% de produções regionais, 30% de produções independentes, 15% de programação infantil inédita

- Financiamento: 10% da Condecine Teles
- Plataforma pública de streaming gratuita

PROPOSTA 59 – FAST FOOD: IMAGENS REAIS – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Obriga divulgação de imagens reais de produtos em propagandas de fast food.

- Imagens, fotografias e vídeos de alimentos devem corresponder exatamente ao produto entregue ao consumidor
- Não pode usar ilustrações ou imagens simuladas; exige "IMAGEM REAL" • Vedação ao uso de substâncias não comestíveis (cola, verniz, glicerina) para criar volume artificial
- Multa de 1% a 10% do faturamento bruto
- Prazo de 180 dias para adequação

PROPOSTA 60 – REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Torna obrigatório registro público de atividades de lobby e influência.

- Registro Nacional de Agentes de Influência (RENAI)
- Divulgação em tempo real das agendas de parlamentares
- Registro unificado de interações com agentes de influência em todos os entes federativos
- Quarentena de 4 anos para ex-agentes públicos de alto escalão • Sistema Nacional de Controle do Lobby (SINACOL)
- Sanções: multas de até 20% do faturamento, suspensão de registro, comunicação ao TCU e MP

PROPOSTA 61 – CONFISCO DE BENS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Amplia possibilidade de confisco sem condenação para bens de organizações criminosas.

- Confisco alargado de bens do condenado, cônjuge, parentes até 3º grau e interpostas pessoas
- Inversão do ônus da prova com prazo de 90 dias
- Pena para integrar organização criminosa: reclusão de 30 a 60 anos, vedada progressão
- Criminalização de "laranjas" com equiparação às penas do crime de organização criminosa
- Prazo de 30 dias para liquidação e alienação de bens após trânsito em julgado
- 50% dos recursos para indenização das vítimas, 50% para Fundos de Segurança Pública e Penitenciário

PROPOSTA 62 – PREJUÍZO AO ERÁRIO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Cria o Sistema Nacional de Proteção ao Erário Público para responsabilizar agentes que causem danos ao patrimônio público e recuperar ativos desviados desde a redemocratização.

- Imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário
- Validação constitucional da retroatividade civil/administrativa a partir de 15/03/1985
- Confisco alargado com inversão do ônus da prova
- Perda do mandato declarada pelo Judiciário na sentença condenatória •
- Vedação temporária de benefícios penais por 20 anos com reavaliação bienal •

Criação da Comissão Nacional da Verdade sobre o Patrimônio Público (CNVPP)

- Documentação probatória de R\$ 1,1 trilhão em prejuízos históricos

PROPOSTA 63 – PORTE DE ARMAS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Mantém restrições ao porte com foco em controle rígido e registro centralizado. Campanha Nacional pelo DESARMAMENTO.

- Segurança pública como direito fundamental com prioridade sobre interesse individual no porte
- Sistema Nacional de Controle, Fiscalização e Rastreamento de Armas e Munições (SINCFRAM)
- Registro de arma: pessoal, intransferível, validade de 3 anos
- Exames anuais obrigatórios: psicológico e de capacitação
- Limite de 1 arma por pessoa
- Calibre proibido superior a .38 (revólver) e .380 (pistola)
- Munição: rastreamento individual desde a fabricação; limite de 50 unidades/ano por usuário

PROPOSTA 64 – DÍVIDA PÚBLICA: DIRETRIZES E PREMISSAS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece regras transparentes para renegociação da dívida pública. Dispõe sobre a negociação de dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União por meio de dação em pagamento com bens estratégicos.

- Transparência, avaliação independente e controle social nas operações de dação em pagamento
- Avaliação por instituição independente, com publicação obrigatória de laudos
- Identificação de beneficiários finais
- Programa de Locação Social (PLS-U) com imóveis públicos desativados
- Tipificação de superfaturamento e ocultação de

beneficiários

- Ação de ressarcimento solidário ao erário

PROPOSTA 65 – TERRAS RARAS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Cria estatal para exploração de terras raras com controle nacional estratégico.

- Terras raras declaradas Patrimônio Estratégico Nacional sob monopólio da União
- Criação da Empresa Brasileira de Terras Raras (EBTR) – sociedade de economia mista sob controle estatal
- Conselho Nacional de Terras Raras (CNTR) com participação paritária • Obrigatoriedade de beneficiamento e industrialização no Brasil • Vedação à exportação de terras in natura
- Fundo Soberano de Terras Raras (FSTR)
- Selo Verde Brasil (certificação socioambiental obrigatória a partir do 3º ano)

PROPOSTA 66 – PLEBISCITO PARA ATIVOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Exige consulta popular para privatização de serviços essenciais.

- Água como direito humano fundamental e bem público de uso comum, vedada sua privatização
- Plebiscito vinculante para qualquer processo de desestatização, concessão ou alienação de bens estratégicos (energia, petróleo, gás, minérios, saneamento, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias federais)
- Divulgação antecipada de estudos de viabilidade e avaliação patrimonial (180 dias)
- Conselho Nacional de Defesa do Patrimônio Estratégico (CNDPE) com participação majoritária da sociedade civil

- Plebiscito por iniciativa popular com 2% do eleitorado nacional

PROPOSTA 67 – DATA CENTER – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Instala data-centers estatais para soberania digital e armazenamento de dados públicos.

- Proteção e soberania dos dados pessoais e governamentais como garantia fundamental
- Criação do Tribunal de Contas de Dados (TCD) como órgão auxiliar do Congresso Nacional
- Criação da Agência Nacional de Segurança de Dados (ANSD)
- Criação da Empresa Brasileira de Dados Soberanos (EBDS)
- Penas de reclusão de 8 a 20 anos para divulgação não autorizada de dados soberanos
- Pena de 20 a 30 anos para divulgação a governo estrangeiro (equiparada a traição nacional)
- Prazo de 5 anos para migração de dados estratégicos dos órgãos federais

PROPOSTA 68 – ARBORIZAÇÃO FRUTÍFERA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Incentiva plantio de árvores frutíferas em espaço urbano para segurança alimentar.

- Obrigatoriedade de integração de espécies frutíferas nativas em planos diretores e políticas de arborização urbana
- Prazo de 2 anos para adequação dos municípios
- Colheita organizada de forma comunitária, com prioridade para escolas públicas e equipamentos de segurança alimentar

PROPOSTA 69 – ESTATUTO DA DIGNIDADE ANIMAL – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Institui o Estatuto da Dignidade Animal, estabelecendo normas obrigatórias para criação, transporte e abate de todas as espécies de produção.

- Reconhecimento formal dos animais como seres sencientes
- Princípio in dubio pro animal
- Eliminação progressiva do transporte de longa distância; abate on-farm ou em abatedouros regionais (raio máximo de 60 km)
- Vedação de gaiolas, celas de gestação, choques e ferrões
- Monitoramento por câmeras obrigatório
- Representante Legal do Bem-Estar Animal
- Prazo único de 5 anos para adequação de todos os empreendimentos • Elevação da pena para maus-tratos: reclusão de 2 a 5 anos

PROPOSTA 70 – PROJETO EDUCACIONAL "FORMANDO DONOS DO FUTURO" – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Institui programa com diretrizes, metodologias e inovações, detalhando estrutura de cada fase educacional, sistema de apoio contínuo e mecanismos de parceria.

- Erradicação do analfabetismo funcional e digital em 10 anos
- Educação Infantil (0-6): "Sementes Autônomas" – aprendizagem baseada em jogos, neurociência, Baby Tech Labs
- Ensino Fundamental (7-14): "Donos do Saber" – Mastery Learning, plataforma nacional de IA
- Ensino Médio (15-17): "Donos do Futuro" – currículo flexível com rotas acadêmica, técnica e empreendedora
- Ensino Superior (18+): "Donos da Inovação" – micro graduações

modulares, "Universidade sem Fronteiras"

- Direito à educação integral em tempo integral nas redes públicas • Vinculação de parcela dos royalties de petróleo, gás e recursos não renováveis ao financiamento
- Fundo Nacional de Educação Integral (FNEI)
- Currículo: núcleo nacional comum (60%) + componente regional diversificado (40%)
- Síntese entre excelência técnica (Matemática, Ciências, Tecnologia) e pedagogia freireana
- Meta de 5.000 unidades em funcionamento até 2035

PROPOSTA 71 – EDUCAÇÃO: CIEPs PAULO FREIRE – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Recria modelo de escolas integrais com atividades culturais e esportivas.

- Direito à educação integral em tempo integral nas redes públicas • Vinculação de parcela dos royalties de petróleo, gás e recursos não renováveis ao financiamento
- Fundo Nacional de Educação Integral (FNEI)
- Currículo: núcleo nacional comum (60%) + componente regional diversificado (40%)
- Síntese entre excelência técnica (Matemática, Ciências, Tecnologia) e pedagogia freireana
- Meta de 5.000 unidades em funcionamento até 2035

PROPOSTA 72 – CRECHES VIVAS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Transforma creches em espaços comunitários com participação familiar.

- Abordagem sistêmica integrando educação, assistência social e saúde • Adicional de até 30% dos recursos do FUNDEB para formação continuada, contratação de psicólogos e assistentes sociais, e estruturação de espaços

terapêuticos

- Espaços de educação ao ar livre, hortas, áreas verdes
- "Jardim das Constelações" para acolhimento de famílias
- Projeto-piloto de 12 creches para validação da metodologia
- Meta de 600 unidades em 5 anos em áreas de vulnerabilidade social

PROPOSTA 73 – VILAS SUSTENTÁVEIS ECOLÓGICAS URBANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA – detalhamento completo

Tipo: PEC + PLP + PL

1. VERTICALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS FAVELAS

- Cria o Programa Nacional de Urbanização Verticalizada e Democrática (PNUVD), com prioridade para comunidades em áreas de vulnerabilidade social.
- Verticalização com prédios de até 5 pavimentos, otimizando o solo e liberando áreas para equipamentos públicos.
- Cada complexo deve conter: Escola de Ensino Fundamental e creche (CIEPs Paulo Freire – P. 71); UPA 24h e UBS (SUS Digital 360 – P. 76); comércio local; lazer (piscina, quadra, campo, biblioteca, horta vertical).
- Financiamento: Fundo Nacional de Reparação do Patrimônio Público (P. 62), FNHIS e contrapartidas.

2. GESTÃO COMUNITÁRIA – Conselho Gestor Comunitário:

- 50% moradores eleitos; 25% poder público; 25% sociedade civil.
- Autonomia para gerir orçamento comunitário (IPTU, ISS, ICMS revertidos em Fundo Comunitário), definir prioridades e aplicar regras de convivência.

3. REGRAS DE CONVIVÊNCIA HUMANIZADA (inspiradas na cultura chinesa):

- Convívio e Respeito: vedação a discriminação e violência; mediação comunitária. Penalidades progressivas (advertência → multa → suspensão).
- Barulho e Sossego: silêncio 22h-7h e 12h-14h; volume máximo 40 dB interno, 55 dB externo. Penalidades (advertência → multa → processo de perda da moradia).
- Uso dos Espaços Comuns: agendamento prévio; limpeza compartilhada. Penalidades (suspensão → multa → perda do direito de uso).

- Higiene e Conservação: descarte correto de lixo e coleta seletiva; animais com coleira. Penalidades (advertência → multa + serviço comunitário → multa + processo de perda da moradia).
- Solidariedade: Banco de Horas Comunitárias; prioridade a idosos e

vulneráveis. **4. PERDA DA MORADIA E COMPRA PELO ERÁRIO:**

- Decisão fundamentada do Conselho Gestor, com ampla defesa e recurso.
- Imóvel adquirido pelo Fundo de Reparação do Erário (P. 62) pelo valor de mercado, descontados danos e multas.
- Destinado a nova família da fila de espera.

5. ECONOMIA LOCAL E GERAÇÃO DE RENDA:

- Incentivo a cooperativas de serviços; prioridade ao comércio local em licitações; capacitação profissional (P. 70) dentro do complexo.

IMPACTO: Fim das favelas desordenadas; redução da desigualdade; economia local fortalecida; disciplina e cidadania; modelo replicável em todo o território nacional.

#SomosUmSóPovo #MoradiaDigna

PROPOSTA 74 – SUS CONTRA FRAUDE – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Sistema de inteligência para identificar fraudes em saúde suplementar. Cria o Sistema Nacional de Proteção Social do Idoso e Combate à Fraude no SUS ("SUS Justo").

- Pagamento automático e integral de benefícios via contratos inteligentes (smart contracts)
- Blockchain pública para registro imutável de transações
- IA preditiva para identificar vulnerabilidade social e sanitária
- Fundo Soberano de Lastro Múltiplo (títulos públicos, participação em estatais, ativos verdes)
- Conselho Deliberativo Nacional com composição majoritária (51%) de beneficiários eleitos
- Atendimento prioritário integral (fila zero) para idosos

- Economia anual estimada com redução de fraudes: R\$ 50

bilhões **#SUSJusto #CombateÀFraude #SaúdeParaTodos**

#SomosUmSóPovo

PROPOSTA 75 – PATENTES DE MEDICAMENTOS – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Flexibiliza patentes de medicamentos essenciais para produção pública.

- Regulamentação do licenciamento compulsório por interesse público • Hipóteses: emergências sanitárias, necessidade de acesso a medicamentos essenciais pelo SUS, alto ônus para as finanças públicas, abuso de poder econômico
- Processo administrativo com prazo máximo de 90 dias
- Criação de Câmara Técnica Permanente para monitoramento de patentes em saúde
- Reinvestimento dos recursos economizados em pesquisa e no SUS

PROPOSTA 76 – PLATAFORMA SUS DIGITAL 360 – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Integra todos os serviços de saúde em plataforma digital única.

- Prontuário Eletrônico Nacional (PEN) com interoperabilidade semântica e técnica (padrão FHIR)
- Controle do cidadão sobre seus dados: consulta integral, definição dinâmica de permissões
- Chave de emergência: acesso a resumo crítico em situações de risco iminente • Módulo de Vigilância em Saúde Pública com dados agregados e anonimizados • Criptografia ponta a ponta e autenticação de dois fatores (2FA)
- Blockchain para auditoria imutável de acessos

- Prazo de 36 meses para adequação dos entes federativos

PROPOSTA 77 – SISTEMA INTEGRADO DE DIAGNÓSTICO PRECOCE – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Usa IA para diagnóstico precoce de doenças em unidades básicas.

- Programa Brasil 2035: elevar investimentos em CT&I para 2% do PIB até 2030
- Sistema Integrado de Diagnóstico Precoce e Personalizado (SIDP)
- Biosensores multiplexados com nanopartículas e peptídeos antimicrobianos
- Dispositivo portátil de baixo custo (BioChip) para testes rápidos
- Inteligência artificial preditiva para análise de dados clínicos e genéticos
- Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (CNCTI)

PROPOSTA 78 – INCLUSÃO DAS PRÁTICAS ANCESTRAIS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Reconhece e incorpora práticas tradicionais de saúde no SUS.

- "O SUS integrará, em sua rede de atenção à saúde, as práticas ancestrais de tratamento com plantas medicinais, respeitados os saberes tradicionais"
- Criação do Instituto Nacional de Bioeconomia Amazônica (INBA)
- Consentimento prévio, livre e informado (CPLI) para comunidades tradicionais
- Registro Nacional de Saberes Bioculturais
- Repartição de benefícios: pagamento inicial não royalty (10 salários-mínimos por comunidade), royalties mínimos de 15% sobre receita líquida de produtos derivados
- Recursos mínimos anuais: 1,5% da receita corrente líquida da União

PROPOSTA 79 – PET AMIGO – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Hospital Público, programa de adoção animal com apoio veterinário gratuito.

- Rede de Atenção Animal Integrada: Hospitais Veterinários Públicos, Centros de Atenção Animal e Bem-Estar (CAAB), Unidades Móveis Veterinárias • Atendimento gratuito para famílias inscritas no CadÚnico
- Urgência e emergência veterinária: atendimento imediato a qualquer animal, independente de renda
- Microchipagem e registro obrigatórios
- Programa de adestramento e educação com métodos positivos

PROPOSTA 80 – FIM DO PLANO DE SAÚDE NOS TRÊS PODERES – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Unifica sistema de saúde para todos os poderes no SUS, extinguindo planos privados.

- Transição progressiva de 5 anos do sistema de assistência à saúde dos servidores dos Poderes da União para o SUS
- Criação do Fundo de Fortalecimento do SUS (FF-SUS) com R\$ 15 bilhões anuais • Aplicação dos recursos: 40% em infraestrutura de média e alta complexidade, 30% em atenção primária, 20% em gestão, tecnologia e inovação, 10% em valorização de profissionais
- Servidores que optarem por manter planos privados poderão deduzir até 30% no Imposto de Renda

PROPOSTA 81 – POLÍTICA DE DANOS NO SUS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Implementa programa baseado em evidências científicas para abordagem do uso de drogas com foco na redução de danos e cuidado integral.

- Subsistema de Atenção Integral e Redução de Danos (SAIRD)
- Política Nacional de Redução de Riscos e Danos (PNRRD)
- Criação da figura jurídica do "uso assistido"
- Centros de Atendimento Integrado (CAIs) vinculados aos CAPS • Equipes multiprofissionais de abordagem territorial
- Projetos-piloto de 24 meses avaliados independentemente por universidades

PARTE III – CLASSIFICAÇÃO COMPLETA DAS PROPOSTAS

RESUMO ESTATÍSTICO GERAL

Parte	Quantidade de Propostas
I - Reforma Administrativa e do Serviço Público	8
II - Reforma do Poder Judiciário	10
III - Reforma do Poder Legislativo	5
IV - Combate à Corrupção e Crimes Graves	10

V - Reforma Tributária, Econômica e Financeira	13
VI - Direitos Sociais, Trabalho e Previdência	13
VII - Saúde Pública e Políticas de Drogas	8
VIII - Meio Ambiente, Sustentabilidade e Recursos Naturais	5
IX - Tecnologia, Comunicação e Inovação	7
X - Controle de Armas e Segurança Pública	1
XI - Defesa e Soberania Nacional	2
TOTAL	81

CLASSIFICAÇÃO POR TIPO DE PROJETO

Tipo de Projeto	Quantidade
PEC (Proposta de Emenda à Constituição)	71

PLP (Projeto de Lei Complementar)	73
PL (Projeto de Lei Ordinária)	65
Total de proposições	209

PARTE IV – MECANISMOS DE CONTROLE E RESPONSABILIZAÇÃO

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE SOBRE O PATRIMÔNIO PÚBLICO (CNVPP)

- Mapear integralmente privatizações, concessões e renúncias fiscais entre 1985 e 2025
- Identificar agentes públicos e privados responsáveis por atos lesivos
- Quantificar com precisão os danos ao erário em cada caso
- Propor ações de responsabilização civil e administrativa

AUDITORIA PERMANENTE E CONTROLE SOCIAL

- Auditoria contínua da CGU e do TCU
- Painel de transparência ativa com dados em tempo real
- Conselhos gestores com participação paritária da sociedade civil

Este documento consolida a íntegra das 81 propostas legislativas que compõem o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a Reforma Administrativa, do Judiciário e Reparação Histórica do Erário.

#SomosUmSóPovo